

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**

**Nara Lúcia Carvalho Silva**

**A TRAGÉDIA DE 2010 EM SÃO LUIZ DO PARAITINGA:  
A Reconstrução da Igreja Matriz  
Restaurando Uma Memória Afetiva**

**TAUBATÉ  
2020**

**Nara Lúcia Carvalho Silva**

**A TRAGÉDIA DE 2010 EM SÃO LUIZ DO PARAITINGA:  
A Reconstrução da Igreja Matriz  
Restaurando Uma Memória Afetiva**

Trabalho de Graduação, apresentado para  
obtenção do grau de Licenciatura em História do  
Departamento de Ciências Sociais e Letras da  
Universidade de Taubaté.

Orientador: Prof. Me. Armindo Boll

**TAUBATÉ  
2020**

**Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi  
Universidade de Taubaté - UNITAU**

S586t Silva, Nara Lúcia Carvalho

A tragédia de 2010 em São Luiz do Paraitinga: a reconstrução da Igreja Matriz – restaurando uma memória afetiva / Nara Lúcia Carvalho Silva. – 2020.

63 f. : il.

Monografia ( graduação) - Universidade de Taubaté, Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2020.

Orientação: Prof. Me. Armino Boll, Departamento de Ciências Sociais e Letras.

1. São Luiz do Paraitinga (SP). 2. Inundações. 3. Igreja Matriz de São Luís de Tolosa – São Luiz do Paraitinga (SP). 4. Religiosidade. 5. Patrimônio cultural – proteção.  
I. Universidade de Taubaté. Departamento de Ciências Sociais e Letras. Curso de História. II. Título.

CDD – 981

**Nara Lúcia Carvalho Silva**

**A TRAGÉDIA DE 2010 EM SÃO LUIZ DO PARAITINGA: A  
Reconstrução da Igreja Matriz - Restaurando Uma Memória Afetiva**

Trabalho de Graduação, apresentado para  
obtenção do grau de Licenciatura em História do  
Departamento de Ciências Sociais e Letras da  
Universidade de Taubaté.

Orientador: Prof. Me. Armindo Boll

Data: \_\_\_\_\_

Resultado \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Prof . Me. Armindo Boll

Universidade de Taubaté

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Isnard de Albuquerque Câmara Neto

Universidade de Taubaté

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Moacir José dos Santos

Universidade de Taubaté

Assinatura \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por ter me dado forças para vencer mais um desafio - o da minha segunda graduação. As dificuldades foram muitas, pois conciliar estudo e trabalho não é tarefa fácil. Mas superamos essa barreira. Não poderia deixar, ainda, de agradecer todo o apoio e incentivo que minha mãe me deu para que eu estudasse. Se hoje tenho mais uma graduação foi por todo o suporte que recebi em casa.

Deixo aqui, também, os meus mais sinceros agradecimentos a todos os professores do Departamento de Ciências Sociais e Letras que, através de seus ensinamentos e conselhos, nos mostraram as maravilhas e também as dificuldades da vida de um professor. Ensinar é uma profissão muito gratificante e deveria ter um reconhecimento maior. Agradeço, em especial, ao meu orientador, Prof. Me. Armindo Boll porque, desde o começo, me incentivou a trabalhar com História Regional e a enxergar as possibilidades de trabalhar com este tema tão importante e por me convencer que nossa região, principalmente São Luiz, possui muitas histórias e que merecem ser estudadas e, também, porque desde o começo acreditou em mim.

E, por fim, gostaria de agradecer as amigas que construí nesses anos de faculdade. Vocês foram umas das melhores coisas dessa caminhada.

Obrigada!

*“Tudo o que a memória amou já ficou eterno”.*

*Adélia Prado*

## RESUMO

Na virada do ano de 2010 a cidade de São Luiz do Paraitinga vivenciou uma situação jamais vista durante toda a sua história. O Rio Paraitinga ficou 12 metros acima do seu leito fazendo com que o município ficasse submerso, ocasionando a ruína de muitas das suas construções do centro histórico, entre elas, a Igreja Matriz. Todo os processos burocráticos envolvendo a reconstrução deste local foi acompanhado de perto da população. Com isso os órgãos de proteção ao patrimônio levaram em conta os anseios daquela comunidade de ver construído, a sua igreja que fazia parte da vida da população e construiu laços de afeição pelo que este patrimônio representava para os munícipes e para cidade. Por isso, a importância do processo de reconstrução/restauração da Igreja tão querida pela população.

**Palavras-chave:** São Luiz do Paraitinga; enchente; Igreja Matriz; religiosidade; patrimônio; memória.

## **ABSTRACT**

At the turn of the year 2010 the city of São Luiz do Paraitinga experienced a situation never seen before during its entire history. The Paraitinga River was 12 meters above its bed, causing the city to be submerged, causing the ruin of many of its constructions in the historical center, among them, the Parish Church. All the bureaucratic processes involving the reconstruction of this place were followed closely by the population. With this, the patrimony protection agencies took into account the wishes of that community to see built, its church that was part of the life of the population and built bonds of affection for what this patrimony represented for the townspeople and the city. For this reason, the importance of the reconstruction/restoration process of the Church so dear to the population.

**Keywords:** São Luiz do Paraitinga; flood; Matriz Church; religiosity; heritage; memory.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Lei que eleva a vila de São Luís a cidade no período Imperial .....	14
Figura 2 - Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa em imagem retratada de 1882 .....	15
Figura 3 - Igreja Matriz no ano de 1930 .....	17
Figura 4 - Placa que se localiza no corredor esquerdo da igreja em agradecimento ao empresário taubateano .....	18
Figura 5 - Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa reconstruída após a enchente de 2010 ..	19
Figura 6 - Contrato de trabalho do escritor paulista com o Governo Federal .....	26
Figura 7 - Carta do anteprojeto de criação do Sphan .....	28
Figura 8 - Ao primeiro livro tombo foi acrescido a palavra Paisagístico. Os demais, os mesmos de Mário de Andrade .....	30
Figura 9 - Publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo datado de 23 de outubro de 1968, um dia após a aprovação da lei .....	31
Figura 10 - Placa de tombamento do governo de São Paulo exposta no primeiro terreiro a ser tombado no Estado .....	34
Figura 11 - Painel mural produzido pelo artista plástico luizense José Carlos Monteiro vemos representada a lenda da Cobra Grande. O real e o imaginário se misturaram nas cheias de 2010 .....	38
Figura 12 - Cheia do Rio Paraitinga em 1967. A cidade havia enfrentado inundações acima dos 5 metros que os deixou moradores aflitos. E, depois ainda, o abalo sísmico que preocupou ainda mais os moradores locais .....	40
Figura 13 - Vista parcial da cidade totalmente tomada pela inundação .....	41
Figura 14 - Monumento localizado próximo a uma área de acesso ao centro histórico homenageia os instrutores de rafting que ajudaram no resgate da população .....	42
Figura 15 - Situado ao lado da estátua do instrutor, placa com os nomes dos instrutores de Rafting em 2010 .....	43
Figura 16 - Momento exato em que torre da Igreja Matriz desaba durante tragédia de 2010 .....	45
Figura 17 - Muitas imagens foram encontradas quebradas e cobertas de lama. Trabalho de restauração era feito logo que eram encontradas. ....	46
Figura 18 - Estrutura metálica utilizada para proteger os objetos e paredes remanescentes. Erguidas num molde que lembrava o templo que fazia parte do cenário urbano luizense .....	48
Figura 19 - Na sala de batismo podemos perceber que a parede antiga faz parte no novo cenário da Igreja. Marcas que a grande enchente não conseguiu destruir .....	51
Figura 20 - Interior da Igreja Matriz anos antes de sua queda. Pela imagem podemos notar que o local já precisava de reparos na pintura interna .....	52
Figura 21 - Interior da Igreja Matriz após sua reconstrução. Tudo permaneceu semelhante à sua antiga arquitetura .....	52

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 BREVE HISTÓRICO DA CIDADE DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA</b> .....	11
2.1 Como Começou o Povoado de São Luiz do Paraitinga .....	12
2.2 A Igreja Matriz .....	15
<b>3 O SENTIDO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO</b> .....	20
3.1 Conceito de Patrimônio .....	20
3.2 Um breve histórico das Políticas Públicas de Preservação .....	23
3.2.1 No Brasil .....	23
3.2.2 No Estado de São Paulo foi criado o CONDEPHAAT .....	30
3.3 Importância do Tombamento e da Preservação .....	34
<b>4 A TRAGÉDIA DE 2010 EM SÃO LUIZ DO PARAITINGA E A RECONSTRUÇÃO DA IGREJA MATRIZ: RECONSTITUINDO UMA MEMÓRIA AFETIVA</b> .....	38
4.1 A Grande Enchente .....	39
4.2 O Processo de Reconstrução da Igreja Matriz .....	45
4.3 O Conceito de Memória e a Afetividade .....	53
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	57
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	59

## 1 INTRODUÇÃO

De modo geral quando se fala em São Luiz do Paraitinga vem à nossa memória palavras que podem resumir o que representa na história este município um lugar festivo, alegre, acolhedor, hospitaleiro, com uma religiosidade popular singular, genuína. Esses são alguns dos adjetivos que estão na boca do povo local e da região. Tudo contribui para que os parentes, amigos e turistas não residentes queiram voltar sempre que for possível. Alguns para participar das festas do Divino, outros para se divertir com as marchinhas carnavalescas; outros ainda, por causa dos grupos musicais e contadores de causos e poetas e, por fim, a Sociedade dos Observadores de Saci – SOSACI, que é um dos componentes da cultura caipira de São Luiz que é celebrado todos os anos desde 2003.

Na virada do ano de 2010 uma catástrofe fez com que o cenário luizense mudasse. Em vez do colorido das flores e dos casarões, o que se via era uma cidade submersa pelas águas do rio Paraitinga que corta a cidade. Um verdadeiro cenário de guerra. Neste momento, a alegria deu lugar à tristeza e o colorido virou lama.

Esta enchente foi a pior tragédia na história do município, pois os moradores estavam acostumados com inundações atingirem apenas as áreas próximas ao rio. Desta vez, toda a extensão das margens do rio foi atingida, provocando uma maior comoção, na maioria da população e inclusive, a destruição da Igreja Matriz São Luís de Tolosa, um patrimônio material e imaterial que representa talvez o mais importante marco na memória, na religiosidade, na história e na cultura da cidade.

Este lamentável acontecimento deixou marcas que o tempo não foi capaz de apagar da memória. A quase destruição total de seu principal templo religioso é mais viva do que nunca, não apenas pelas marcas presentes na igreja reconstruída ou em pinturas e outras manifestações artísticas, mas pelo profundo abalo causado na população que tinha uma estreita relação com o que este patrimônio é para cidade e seus habitantes. Nosso estudo busca compreender um pouco mais esta relação.

Este estudo teve como metodologia a revisão bibliográfica leitura de livros e documentos sobre patrimônio, utilizando-se de outras documentações como imagens fotográficas, notícias de jornais além de, livros e artigos pertinentes ao tema. Para tanto realizamos um levantamento histórico sobre a cidade e a construção da matriz, trabalhando os conceitos de patrimônio e a sua historicidade a fim de compreender a

importância desse patrimônio para a construção da identidade e memória dos devotos.

No primeiro capítulo abordamos a história do município, tratando principalmente da construção da igreja matriz e as reformas que sofreu ao longo dos anos.

No segundo capítulo refletimos sobre o conceito do patrimônio e seu alcance.

No terceiro capítulo buscamos contextualizar o cenário luizense na enchente de 2010 e a resposta dos órgãos públicos desde os destroços até a reconstrução total do templo religioso, passando pela abordagem da memória como objeto do estudo histórico e pelos laços de identidade e representatividade que a população estabelece, através da memória coletiva e pessoal, com os patrimônios no nosso caso, a Igreja de São Luiz do Paraitinga.

## 2 BREVE HISTÓRICO DA CIDADE DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA

**“São Luiz cidadezinha que encanta e seduz”** (...) este é um pequeno trecho de uma canção de um dos filhos ilustres da cidade de São Luiz do Paraitinga, Elpídio dos Santos<sup>1</sup>. Através de suas canções o músico soube expressar o modo de vida do homem do interior e que, por muitos anos, foi a trilha sonora dos filmes de Amácio Mazzaropi. E São Luiz do Paraitinga é como o artista a descreveu, esta é uma cidade pequena que tem seus encantos e agrada a muitos que a visitam, inclusive, alguns destes encantos muitos acabam adotando a terra de Oswaldo Cruz<sup>2</sup> como sua segunda casa.

O município, localizado no Vale do Paraíba Paulista, com uma população de 10.397 habitantes, segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010, dividida entre o centro urbano e rural. O setor rural, inclusive, é muito forte na localidade, pois a cidade possui um grande nicho de mercado que envolve a agricultura, com cultivo de verduras, cuja produção dos bairros rurais é comercializada para outras cidades, o que nos remete aos primórdios de sua existência como um local de cultivo de alimentos que seriam vendidos para outras regiões, ou seja, passado e presente se interligam.

No decorrer dos anos a cidade passou por diversas transformações, seja no modo de vida e na própria cultura do povo luizense, como, por exemplo, o surgimento do carnaval de marchinhas, famoso no país inteiro e até fora do país, a celebração das suas festas religiosas como a festa em honra ao Divino Espírito Santo, além das festas folclóricas. Porém, um impacto grande causado neste contexto foi a tragédia ocorrida em 2010. A cheia do Rio Paraitinga que pegou todos os moradores de surpresa deixou marcas no tempo e espaço do pequeno município. O cenário histórico e urbano mudou muito. Mas, a fé do luizense não, que se fortaleceu, independente da

---

<sup>1</sup> Nasceu em São Luiz do Paraitinga no dia 14 de janeiro de 1909. Seu pai era músico e com ele inicia seu caminho na música tendo aprendido a manusear 22 instrumentos. Torna-se amigo de Amácio Mazzaropi e dessa amizade nasce a composição de 25 canções que estrelaram os filmes do caipira mais famoso do país.

<sup>2</sup> Médico sanitário que nasceu em 05 de agosto de 1872 no período em que seu pai, Bento Gonçalves Cruz atuava como médico no município. No ano de 1903 com autorização do presidente da República Rodrigues Alves participa da campanha de vacinação obrigatória contra as duas doenças que assolava a cidade do Rio de Janeiro: febre amarela e malária. Esse episódio de vacinação mesmo encontrando resistência da população ficou conhecido como a Revolta da Vacina.

crença professada. Essa tragédia fez o povo ser mais forte e a não ter medo de recomeçar. Se for necessário arregaçar as mangas para conquistar algo, eles irão.

## **2.1 Como Começou o Povoado de São Luiz do Paraitinga**

Para compreendermos como a fundação do povoado, posteriormente, a elevação à Imperial Cidade de São Luiz do Paraitinga, temos que trazer à tona dois nomes importantes para a criação da municipalidade que se originou nas imediações do caminho entre Taubaté e Paraty: D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão - Morgado de Mateus –, Capitão Vieira da Cunha, Capitão – mor de Itanhaém e Sargento Mor Manoel Antonio de Carvalho.

O primeiro nome a nos ajudar a compreender o início da cidade é o do Capitão Matheus Vieira da Cunha que, no século XVII, solicita em 05 de março de 1686, para Felipe Carneiro Alcaçouva e Souza, Capitão-mor de Itanhaém<sup>3</sup> uma espécie de autorização para que pudesse adentrar nas terras que eram conhecidas como o sertão de Paraitinga. Após essa autorização, Vieira da Cunha passa a ter o direito de explorar as sesmarias<sup>4</sup> juntamente com João Sobrinho de Moraes. Essas foram as primeiras terras a serem oferecidas para o povoamento no local onde, atualmente, a cidade se encontra.

Nesse documento que autorizava a exploração das terras ao entorno do Paraitinga deixava permitido aos bandeirantes “bater os índios, devastar os sertões e explorar as minas nos Sertões do Parahytinga” (CAMPOS, 2011, p. 22).

Para que São Luiz e demais vilas pudessem ser fundadas devemos destacar a figura de Morgado de Mateus que, a época da fundação da cidade no século XVIII, era o Governador da Província de São Paulo. O governador recebeu a alcunha de “restaurador” porque – enquanto Governador e Capitão-Geral da Capitania de São Paulo – a ele se atribui o grande feito de ter restaurado a capitania de São Paulo, de ter fundado 21 novas vilas e de ter aberto o caminho para o sul e para o oeste do

---

<sup>3</sup> Em alguns lugares chega-se a ler Capitão de Taubaté.

<sup>4</sup> Temos que destacar que o ano da concessão das sesmarias onde hoje é São Luiz do Paraitinga chega a sofrer uma variação de dois anos para mais, ou seja, em alguns estudos lê-se 1686 e em outros 1688.

Brasil. (NERY, 2014, p. 25-26). E é pela sua autorização que, em 02 de maio de 1769, o povoamento de São Luiz e Santo Antonio do Paraitinga é estabelecido, ao qual foi dado como padroeira Nossa Senhora dos Prazeres. O manuscrito deferido por D. Luís Antonio de Souza Botelho aparece no registro abaixo:

D. Luís Antonio de Souza Botelho, atendendo à representação de vários moradores da então Villa de Guaratinguetá para que lhes fosse dada a licença, a fim de fundarem, junto do rio Paraitinga, entre Taubaté e Ubatuba, uma nova povoação, resolve deferir favoravelmente a petição, dando à nova povoação a denominação de S. Luís e S. Antonio do Paraitinga e a igreja de N. S. dos Prazeres. (NERY, 2014, p. 22).

A população do município luizense celebra a data de 08 de maio como aniversário da cidade, inclusive, como uma razão política por detrás. Nesta mesma data, em 1769, o Sargento-mor Manoel Antonio de Carvalho é nomeado fundador do povoado (NERY, 2014, p. 22). Carvalho que possuía sesmarias na região de Guaratinguetá apresenta um requerimento para D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão solicitando a licença para fundar um novo povoado no entreposto entre Taubaté e Ubatuba (AGUIAR, 2011, p. 9). No primeiro momento recebe o nome de São Luís e Santo Antonio do Paraitinga retirado do nome do governador da Província de São Paulo e Nossa Senhora dos Prazeres, a padroeira da Casa dos Mateus. Em Portugal, desde a Idade Média, um povoado só seria reconhecido se recebesse uma carta concedida pelo rei ou pelo governador. Sem essa carta por direito um povoado não seria reconhecida. (CAMPOS, 2011, p. 23).

Em 31 de março de 1773 o número de habitantes no local foi crescendo através de um incentivo do governador geral e ele é elevado à categoria de vila. Estima-se que, em 1774, a população do local era de cerca de 800 pessoas. Curiosidades a parte, atualmente existe uma rua chamada 31 de março na cidade. As famílias que se estabeleceram no município fizeram da agricultura de cereais a sua sobrevivência e por longos anos a economia esteve estagnada neste segmento. Demorou para que o café passasse a ser cultivado na região luizense.

Até que, através de uma lei provincial, datada de 30 de abril de 1857, São Luiz torna-se reconhecida como cidade.

Figura 1 - Lei que eleva a vila de São Luís a cidade no período Imperial.



**LEI N. 44, DE 30 DE ABRIL DE 1857**

O bacharel formado Antonio Roberto d'Almeida, Vice-Presidente da Provincia de S. Paulo etc. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial, decretou e eu sancionei a Lei seguinte :

**Artigo unico.** - As villas de S. Luiz, de Santo Antonio da Parahybuna e de S. João do Rio Claro, ficam elevadas á categoria de cidade, conservando cada uma a sua actual denominação, revogadas as disposições em contrario.

Mando portanto a todas as Auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como n'ella se contém. O Secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Governo de S. Paulo aos trinta de Abril de mil oito centos e cincoenta e sete.

(L.S.) Antonio Roberto D'Almeida.

Carta de Lei pela qual Vossa Excellencia manda executar o decreto da Assembléa Legislativa Provincial, que houve por bem sancionar, elevando á categoria de cidade as villas de S. Luiz, e Santo Antonio da Parahybuna e de S. João do Rio Claro, conservando cada uma a sua actual denominação, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia vêr

Francisco Martins de Almeida a fez.

Publicada na Secretaria do Governo de S. Paulo aos trinta dias do mez de Abril de mil oito centos e cincoenta e sete.

João Carlos da Silva Telles.

Registrada na Secretaria do Governo, no Livro 4.º de Leis a fl. 118 v. em 30 de Abril de 1857.

Candido Augusto Rodrigues de Vasconcellos.

Fonte: (SÃO PAULO, 1857).

Outro marco importante para a agora cidade foi a visita do Imperador Dom Pedro II, no ano de 1873, e, por causa desta, ilustre presença real, o local recebe o título de Imperial Cidade de São Luiz do Paraitinga.

O local passa a se chamar São Luiz do Paraitinga quando o padroeiro da cidade deixa de ser Nossa Senhora dos Prazeres para São Luiz, bispo de Tolosa<sup>5</sup> e o Paraitinga pelo nome do rio que, em língua indígena tupi-guarani, significa rio de águas claras. A cidade é mais uma entre tantas outras onde nomes de santos católicos e indígenas nomeiam cidades Brasil afora.

<sup>5</sup> Nasceu na Sicília em 1274. Filho de Carlos II, rei de Nápoles com Maria da Hungria. Torna-se prisioneiro da casa de Aragão da Espanha em 1284(1288). Durante o período de prisão entra em contato com os frades franciscanos e a partir desse encontro decide seguir o modo de vida de São Francisco de Assis. Com isso abdica de toda riqueza que teria por ser membro de uma família real. É ordenado frade na Ordem Primeira e torna-se bispo de Toulouse, na França. Morre aos 23 anos vítima de tuberculose.

## 2.2 A Igreja Matriz

Figura 2 - Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa em imagem retratada de 1882



Fonte: (CAMPOS, 2011).

O centro de São Luiz do Paraitinga é conhecido pelos seus casarões históricos da época dos barões do café e principalmente pela construção da igreja matriz. Quem chega à cidade através da Rodovia Oswaldo Cruz sentido Ubatuba de longe já consegue avistar a igreja toda imponente compondo o cenário urbano de São Luiz. Esse templo católico faz parte da vida dos moradores. Ela é considerada um patrimônio material e imaterial da cidade. E os próprios luizenses acabaram criando um laço afetivo, pois afinal muitos eventos acontecem no centro da cidade tendo como pano de fundo a construção histórica e a própria igreja como cenário, que já um espaço comunitária importante onde à comunidade se reunia e compartilhava sua vida religiosa e civil.

[...] A Igreja era considerada um patrimônio, porque fora construída ainda na primeira metade do século XIX, para constituir o centro de uma cidade cercada por casarões do mesmo período, planejada para “embelezar” o lugar,

mas tinha um caráter de pertencimento aos luizenses, porque era um espaço da comunidade e de suas relações coletivas, de suas celebrações, de seus nascimentos, casamentos e mortes. Era um patrimônio, porque era histórica, mas também porque identificava uma comunidade. (SANTOS, 2016, p. 32).

Para melhor conhecer a história desta igreja é necessário voltar ao passado, mais precisamente em meados do século XIX. No ano de 1825 a então vila encaminha um pedido ao governo provincial para que uma matriz seja construída no local. Em São Luiz existia uma igreja feita de taipa de pilão que havia sido construída em 1767. A alegação para a construção desse novo prédio foi a de que a capela da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário era pequena e já não comportava o número de fiéis (CAMPOS, 2011, p. 55). A autorização por parte do governo provincial foi positiva, porém os moradores deveriam arcar com os custos dessa construção.

A obra da nova igreja foi iniciada em 1830 e entregue à população local dez anos depois, em 1840. Como se pode observar pela imagem exposta na página anterior a igreja possuía apenas uma torre. Foi nesta mesma torre que, no ano de 1875, foi colocado o relógio que existe até hoje e é um símbolo, que além de marcar a hora convida os moradores a não se esquecer de seus compromissos religiosos e civis. Porém, o que talvez muitos desconheçam foi que esta igreja passou por algumas reformas ao longo dos anos até chegar na construção que é conhecida atualmente. Essas reformas perduraram até a enchente ocorrida no ano de 2010.

Figura 3 - Igreja Matriz no ano de 1930.



Fonte: (SANTI, 2017).

Uma segunda reforma foi feita no ano de 1894, pelo então pároco o senhor Cônego Costa Bueno<sup>6</sup>, sob a coordenação da população. Ele foi o responsável pelo levantamento da segunda torre. Sob a tutela do padre Ignácio Gioia (6) a igreja matriz novamente é remodelada. Durante seu paróquio os corredores laterais foram construídos, os altares de mármore foram instalados. O novo altar-mor era agora todo feito de mármore de carrara que fora doado pelo empresário Taubateano Félix Guisard Filho<sup>7</sup> (SANTOS, 2016, p. 65). As mudanças propostas pelo padre Gioia levaram três anos para serem finalizadas e os fiéis católicos arcaram com as despesas da construção.

---

<sup>6</sup> Natural de Pindamonhangaba – SP. Foi pároco em São Luiz em duas datas distintas: de 1891 a 1894 e de 1898 a 1900. Era irmão de Dino da Cunha Bueno, governador do estado de São Paulo.

<sup>7</sup> Nasceu no município de Raiz da Serra no Rio de Janeiro e mudou-se para Taubaté ainda menino. Médico de formação, empresário e homem público dedicou boa parte de sua vida para o estudo de documentos históricos nacionais e regionais, principalmente os de Taubaté. A documentação que hoje compõe o Arquivo Histórico de Taubaté estava sob seu domínio e foram preservadas. Graças a esses documentos o arquivo da cidade começou.

Figura 4 - Placa que se localiza no corredor esquerdo da igreja em agradecimento ao empresário taubateano



Fonte: Arquivo Pessoal.

Alguns estudos informam que o religioso teve de dispor de alguns bens pessoais para poder arcar com o valor da reforma.

[...] Monsenhor Gioia teve muita dificuldade para pagar as contas da reforma da Matriz. Encontrou famílias que colaborassem, mas ainda assim algumas dívidas ficaram. Uma delas era a dos altares de mármore, que girava em torno de 20 mil réis (moeda da época) e que era uma razoável importância. Uma visita de um alemão a São Luiz do Paraitinga, hospedado na casa paroquial, fez com que um jogo de prata que Monsenhor Gioia trouxera da Itália, que era de sua família, despertasse interesse no estrangeiro. O valor sentimental era incalculável, mas o amor por São Luiz calculou o preço ... 20 mil réis (o valor da dívida dos altares). (SANTOS, 2016, p. 65 *apud* SANTOS, 2012).

A última reforma feita pelo Monsenhor Ignácio Gioia<sup>8</sup> na matriz aconteceu no ano de 1954, quando o local recebeu uma nova pintura e decoração interna.

<sup>8</sup> Padre de origem italiana, natural da cidade de Casteluccio Inferiori. Chega ao Brasil anterior a fundação da Diocese de Taubaté e assume a paróquia de São Luiz em 1912, permanecendo nela até 1961, ano de sua morte. Além da reforma que realizou na Igreja Matriz foi também o responsável pela construção da nova Igreja do Rosário em estilo gótico, imitando as igrejas italianas de onde vinha. Estudou Medicina e nas visitas que fazia às famílias dava orientações de saúde, higiene pessoal. Falece no dia 7 de setembro de 1961.

E, por fim, em 1972 com Monsenhor Tarcísio<sup>9</sup> ocorre a troca do forro e ficou a cargo do Taubateano, Álvaro Pereira<sup>10</sup>, a produção dos novos afrescos, que se encontram atualmente no local.

Figura 5 - Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa reconstruída após a enchente de 2010.



Fonte: Arquivo Pessoal

---

<sup>9</sup> Quando criança foi coroinha de Monsenhor Ignácio Gioia, no qual sempre o acompanhava em suas visitas as famílias luizenses. Ordenou-se padre em 1941 tendo assumido a paróquia em Jambeiro e reitor de um seminário em Santa Catarina. Volta para sua cidade natal para assumir a paróquia de São Luiz de Tolosa em 1965. Foi responsável pela revitalização da Santa Casa de Misericórdia, chegando a assumir como provedor do local. Faleceu em 2010, mesmo ano da enchente em São Luiz do Paraitinga. Sua missa de corpo presente foi realizada na praça da cidade. Está sepultado no cemitério do Convento Santa Clara em Taubaté.

<sup>10</sup> Álvaro Pereira nasceu em 1912, no bairro do Brás, em São Paulo. Iniciou seus estudos em 1930. Dedicou quase toda a sua carreira à decoração sacra. É o autor das pinturas da Igreja Matriz de São João Batista, em Caçapava, seu primeiro trabalho no Vale do Paraíba. Possui obras em igrejas de São José dos Campos, Paraibuna, São Luiz do Paraitinga e Tremembé.

### 3 O SENTIDO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Um país, as cidades têm bens e tradições que são essenciais para a identidade do seu povo. O Brasil, por exemplo, possui cidades, fazendas históricas, igrejas, manifestações culturais tais como danças, o modo de fazer algum objeto, um prato típico de alguma região de seu vasto território como sua ‘marca registrada’. Esse patrimônio é reconhecido como importante para uma comunidade ou uma nação e a própria comunidade ou órgãos competentes o reconhecem dessa forma e ele se torna mais conhecido e valorizado. Conhecer e preservar esses patrimônios é valorizar a própria história e as personagens que tiveram ou têm com ele uma relação. Afinal, esse reconhecimento é para manter vivo o passado no tempo presente e impedir que, com o tempo, ele caía no esquecimento.

#### 3.1 Conceito de Patrimônio

Para compreender melhor a importância do patrimônio é preciso conhecer a origem da palavra, o que nos auxiliará nessa tarefa.

Patrimônio vem da palavra latina “*pater*” que significa “pai” e, neste sentido, é relacionado a “algo que se herda do pai”. Isso, porém, era algo relacionado ao ambiente familiar, algo pequeno, mais íntimo. Com o decorrer dos anos isso foi ganhando uma amplitude e acaba por perder um pouco essa conotação intimista.

Os moradores da cidade e os habitantes de um país herdam algo que os identifica e os une, ou seja, mesmo existindo grupos sociais e povos e etnias diversos na localidade, o patrimônio os relaciona e os conecta. Toda tradição que identifique um grupo ou um povo, seja ela física ou não é um bem cultural. E um patrimônio é identificado desde modo quando possui um reconhecimento especial para uma comunidade.

Podemos realizar uma breve relação entre o patrimônio e a chamada cultura popular. Por longos anos a cultura erudita era dominante no país. Boa parte do que a elite consumia ou vestia era bem visto, já o que era relacionado ao ‘povão’, em geral, era visto como algo excêntrico, exótico. O que não era erudito ficou conhecido como

cultura popular, pois era considerada como o oposto ao clássico. No entanto as manifestações populares expressam a ideia de identidade daquele grupo, pois fazia com que as pessoas se sentissem representadas nestas manifestações. Essa cultura perdura com o decorrer dos anos e se torna parte da memória coletiva, sendo preservada e ensinada às demais gerações.

A partir do momento que algumas instituições e órgãos específicos definem tal manifestação como importante para a identidade das pessoas, essa tradição se torna um patrimônio cultural do país, da cidade ganhando mais visibilidade e importância no local onde está inserido. E justamente por ele ser carregado de um valor simbólico e especial faz com que aqueles órgãos específicos promovam o seu tombamento. Existe todo um processo até esse bem cultural ser reconhecido pelos órgãos de preservação do governo, seja ele Municipal Estadual e Federal.

Quando se fala em patrimônio é comum muitos acreditarem que apenas os bens materiais, o que está presente e visível, podem ser definidos assim. Isso pode estar atrelado ao fato de que os monumentos como contextualiza Choay (2006, p.18, *apud* SANTOS; SILVA, 2016, p. 57), são marcas de uma história viva e foram construídos pela comunidade para que as gerações futuras rememorem os acontecimentos ligados àquele monumento. Um longo caminho foi percorrido até se imaginar que uma dança ou música ou ainda um saber fazer, por exemplo, fosse considerado patrimônio.

Apenas na década de 1930, com o escritor Mario de Andrade, que o intangível, como chamamos o patrimônio imaterial, é visto como algo importante e que deve ser reconhecido e preservado, e não apenas os imóveis e locais religiosos. Andrade é convidado pelo então ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema para ajudar na criação de um órgão federal que ficaria responsável por cuidar das riquezas culturais do Brasil. De acordo com Falcão (1984, *apud* CORÁ, 2014, p. 138) o, agora, assistente técnico:

(...) era muito mais ousado ao explicar o que seria mais digno de proteção, tanto das artes eruditas, quanto das artes populares, indo desde as obras premiadas nas Belas Artes até os instrumentos de música indígena. Propôs preservar bens móveis e imóveis e mais os usos, hábitos, fazeres, lendas, folclore, música e mesmo as superstições populares.

Por isso, definimos que existem patrimônios de natureza material e de natureza imaterial. E “não há uma diferença significativa que dê ao patrimônio material ou ao

imaterial maior importância ou mesmo que haja uma distinção entre eles quando se fala de patrimônio cultural”. (SANTOS; SILVA, 2016, p.47).

Há muitos estudos sobre patrimônio com abordagens um pouco diferentes. Na obra de Carlos A. C. Lemos intitulada “O que é Patrimônio Histórico” (1981) ele narra que

“(…) esse tema ligado às construções antigas e seus pertences, representativos de gerações passadas e que, englobadamente, recebem o nome genérico de “Patrimônio Histórico”, ao qual, às vezes, também é aposta a palavra “Artístico” (LEMOS, 1981, p. 8).

Carlos Lemos fala em Patrimônio Cultural do homem, o que engloba basicamente tudo que o homem utiliza no seu dia-a-dia, desde bens provindos da natureza como a água até os utensílios utilizados pelas pessoas. Sua visão é baseada no estudo do museólogo e historiador francês Hugues de Varine Bohan. O historiador francês divide o Patrimônio Cultural em três categorias, elementos pertencentes a natureza, meio ambiente; conhecimento as técnicas, ao saber fazer (elementos não tangíveis); bens culturais (coisas, objetos, artefatos, construções).

A partir da ótica deste autor, a primeira categoria se refere a tudo o que a natureza oferece e que é necessário para a manutenção da vida humana, as árvores com seus frutos, os rios, os peixes e o que deles é originado como a madeira, a carne, dos animais para alimentação, não deixando de lado o clima. A segunda categoria abrange a forma como o ser humano aprendeu a manusear cada objeto a partir do que a natureza lhe oferece, como cortar uma árvore, polir uma pedra, construir, tecer. E na última divisão, que se refere ao objeto de estudo deste capítulo, os bens que foram construídos a partir da junção dos dois anteriores, os materiais oferecidos pela natureza e o conhecimento técnico em manuseá-los.

Na última categoria o autor usa a palavra artefatos que, segundo ele, é a única que deveria ser empregada pois designa tanto “um machado e pedra polida, um foguete interplanetário ou uma igreja ou a própria cidade em volta desta igreja”. (LEMOS, 1981, p. 10). Em relação aos artefatos, podemos fazer uma breve analogia como os bens materiais, pois eles são feitos para terem uma utilidade e uma certa durabilidade e que, diferente dos demais, estes bens podem ter sua serventia trocada com o tempo. Por exemplo, um prato de refeição, do Oriente Médio, que, por longos anos foi usado para que uma pessoa se alimentasse. Anos mais tarde descobre-se a origem deste artefato e agora ele vira objeto de decoração. No chamado Patrimônio

Cultural essas mudanças são corriqueiras e normais e mesmo assim não se perde seu valor como objeto de uma história vivida.

Mas o que isso tem a ver com as construções que se tornaram patrimônio histórico com o decorrer dos anos? Esse Patrimônio Oficial “legalmente reúne poucos e escolhidos bens eleitos como preserváveis à posteridade”. (LEMOS, 1981, p. 12). Seguindo este pensamento esses objetos que conhecemos e que são definidos como patrimônios históricos se tornaram mais importantes que os demais por serem figurantes de grandes acontecimentos que mudaram os rumos daquela região ou até mesmo do país. Acontece uma espécie de sacralização do objeto, uma veneração por estar ligado a algo ou alguém importante.

Esses objetivos passaram a ser vistos assim de acordo com as mudanças sofridas com o tempo e pela maneira de que foram sendo vistos. Eles atravessaram gerações e sofreram transformações, fazem parte da história das pessoas. A forma como elas os enxergam é que define o seu valor. A sua preservação como algo histórico ou não irá depender do olhar com que ele é visto e de sua relação com a história e a sociedade local.

## **3.2 Um breve histórico das Políticas Públicas de Preservação**

### *3.2.1 No Brasil*

Em relação à administração pública no país o governo federal possui um órgão de preservação de seus patrimônios, assim como os estados e os municípios possuem seus órgãos de preservação dos patrimônios culturais. Porém, as políticas públicas voltadas para proteção e conservação dos patrimônios que registram a história de um povo não têm sido devidamente propostas e implementadas pelos governantes brasileiros. Após nossa independência em 1822, essa questão não foi discutida e na época do Império, no período da regência, de Dom Pedro II, algumas ações pertinentes foram realizadas contando com o apoio de artistas e intelectuais, com a finalidade de criar uma identidade cultural valorizando os elementos brasileiros, como o índio e a natureza.

Vale ressaltar que a cultura europeia em nenhum momento foi desvalorizada? “Favor explicar melhor no rodapé”. Em 1800 foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, a partir do Movimento do Romantismo, produziu obras como poesias, pinturas, livros com a temática do indianismo como mito fundador da nação e colocando o indígena como uma pessoa cheia de virtudes. Considerar os prédios e manifestações culturais como patrimônio só seriam pensados a partir do ano 1930, do século XX, mais especificamente no primeiro governo de Getúlio Vargas de 1930 a 1945.

Uma das primeiras tentativas de preservação de um bem material no Brasil acontece em 1742, em Pernambuco. Um homem conhecido como Conde de Galveias escreve ao então governador da Província, Luís Pereira Freire de Andrade, uma carta na qual narra o seu descontentamento com o Palácio das Duas Torres, construção feita pelo Conde de Nassau, no período das invasões holandesas ao Brasil.

Esta reclamação por parte do nobre se dava por causa das reformas que fez o palácio se transformar em um quartel de tropas. Esse prédio foi um monumento sobre às chamadas invasões holandesas que o país sofreu no período em que ainda era colônia de Portugal, o que não devia ser lembrado, porque Portugal perdeu uma parte de seu território para a Holanda. O Conde recebeu apenas o silêncio das autoridades.

Esse episódio dos holandeses no Brasil pode ser um daqueles vários assuntos que alguns grupos no decorrer da história brasileira fizeram questão de esconder e tentar “apagar” este acontecimento da nossa história. Rui Barbosa queimou vários documentos que eram referentes aos quase trezentos anos de escravidão no país, o que isso pode ser justificado pela premissa de que “sempre que alcançamos uma meta libertária, a primeira coisa que se fez foi destruir as provas da opressão banida (LEMOS, 1981, p. 35).

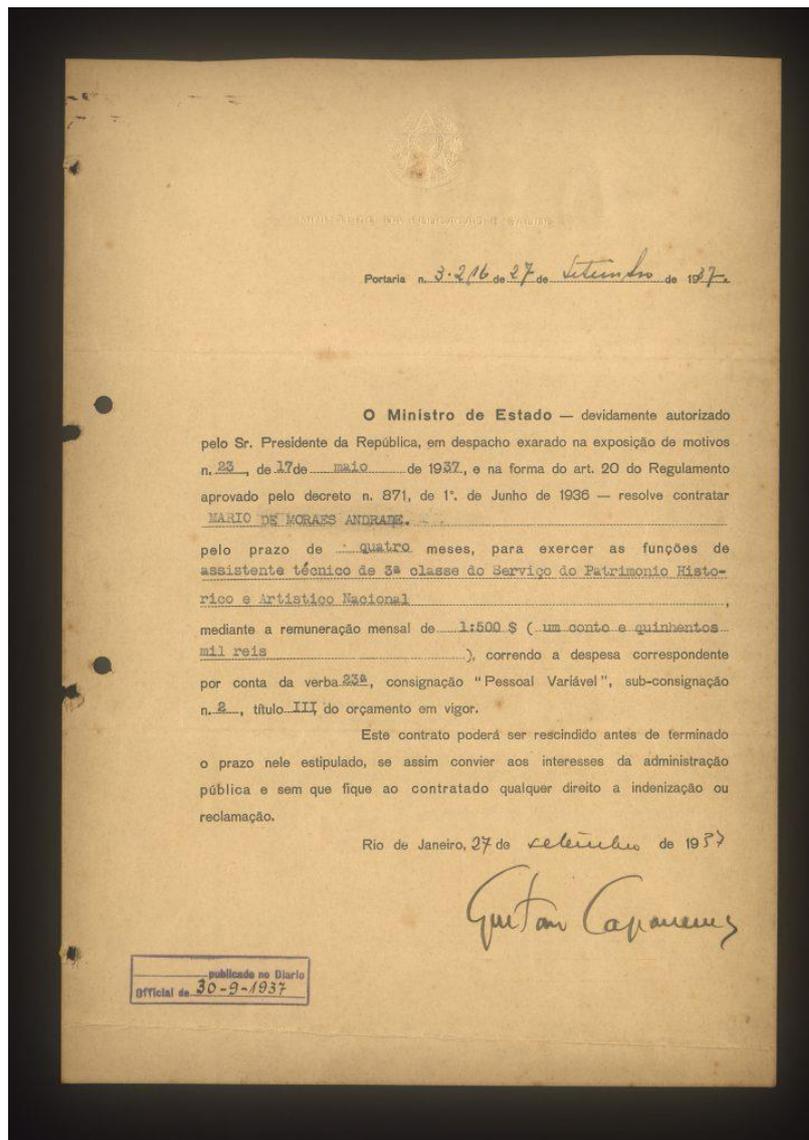
Nos anos 1920 algumas figuras públicas resolvem levantar coro em defesa dos bens patrimoniais, fazendo uso de projetos de leis para a preservação, o que acabou não vingando. Em 1925, o jurista Jair Lins, a pedido do governador de Minas Gerais, Mello Viana, passa a defender a proteção desses bens representativos do passado.

(...) os móveis ou imóveis, por natureza ou destino, cuja conservação possa interessar à coletividade, devido a motivo de ordem histórica ou artística, serão catalogados, total ou parcialmente, na forma desta lei, e sobre eles, a União ou os Estados passarão a ter direito de referência. (LEMOS, 1981, p. 37).

Em 1937, Gustavo Capanema no governo de Getúlio Vargas esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde entre 1934 a 1945 e durante a sua gestão ele convidou o escritor paulista Mário de Andrade para auxiliar na criação do anteprojeto que daria origem ao SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O mito em torno da fundação do órgão se dá quando Capanema fala a Vargas do desejo de criar um “órgão protetor do nosso acervo de arte e história até então abandonado” (RUBINO, 1991, p 63). Com a autorização de Vargas para dar início ao seu projeto, Capanema convidou o escritor paulista Mário de Andrade, que à época era diretor do Departamento de Cultura de São Paulo para auxiliar na elaboração do anteprojeto.

Figura 6 - Contrato de trabalho do escritor paulista com o Governo Federal.



Fonte: (ITAÚ, 2020).

Mário de Andrade pensou em uma proteção que não visasse apenas as construções, pensava também nas demais tradições e manifestações culturais da população brasileira.

(...) tentava preservar a totalidade de nossos bens culturais, inclusive hábitos, credence, cantos, lendas e superstições populares. Mário entendia que "arte é uma palavra geral, que nesse sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza das ciências, das coisas e dos fatos. (SALA, 1990, p. 21).

Mário de Andrade foi um dos intelectuais que participaram ativamente da Semana de Arte Moderna, de 1922, ocorrida em São Paulo. Os escritores e pintores desejavam criar uma arte tipicamente brasileira, já que a elite à época era grande apreciadora da arte europeia. E justamente por sua influência do Modernismo

Brasileiro ele pensa a cultura “como algo diretamente ligado ao cotidiano das pessoas, desconsiderando-as, portanto, como exclusivamente voltada para as artes eruditas” (CORÁ, 2014, p. 115).

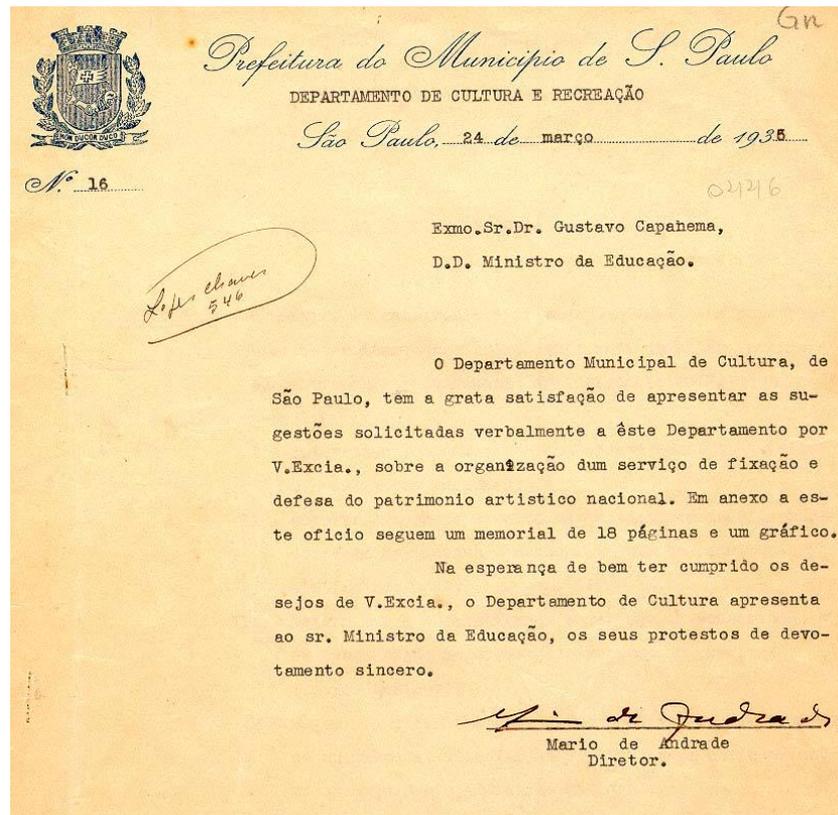
Uma curiosidade em relação à criação desse órgão federal está em sua nomenclatura. Andrade propôs a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (Span). Nesta nomenclatura o ‘h’ do histórico não estava incluso, pois para o escritor todas as obras de arte deveriam ser preservadas. O artístico neste caso é remetido ao sentido antropológico da palavra cultura no qual tudo que o homem produz e manifesta e seus valores tudo estava abrangido por esta palavra. Não haveria uma distinção entre o artístico e o histórico. Se é arte, deve ser preservado. O adjetivo histórico é incluído a pedido de Gustavo Capanema.

(...) ao invés de se tratar somente de arte histórica, se cogite de todo o patrimônio histórico, artístico ou não. Verifica-se, de fato, a impossibilidade de separar os dois assuntos: patrimônio histórico e patrimônio artístico. Resulta daí que a organização proposta passa a ser o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (RUBINO, 1991, p. 88).

Mário de Andrade cria um grupo com oito categorias no qual os bens nacionais poderiam ser agrupados em Arte arqueológica; Arte ameríndia; Arte popular; Arte histórica; Arte erudita nacional; Arte erudita estrangeira; Artes aplicadas nacional; Arte aplicadas estrangeiras.

Esses bens deveriam ser registrados em quatro livros tombo diferentes, Arqueológico e Etnográfico; Histórico; Belas Artes e Artes Aplicadas.

Figura 7 - Carta do anteprojeto de criação do Sphan.



Fonte: (CENTRO, 20--)

O texto final que gerou o Decreto nº 25/1937 representava diferenças em relação ao produzido pelo escritor paulista. O manuscrito de Andrade considerava “patrimônio em seus termos era o resíduo do passado, mas era também sincronia: o folclore vivo, as tradições populares, o saber fazer” (RUBINO, 1991, p. 68). Diferentemente do texto jurídico que foi feito pelo advogado Rodrigo de Mello Franco Andrade onde não é nomeado o que deve constar no Instituto de Defesa do Patrimônio.

O texto legislativo explicita o que for de interesse público é patrimônio histórico e artístico. Como forma de representar essa diferença, Andrade argumentava que as cruzeiras nas beiras de estradas, por exemplo, poderiam se tornar patrimônio pois é um rastro de ação humana e por isso merece ser preservado. A lei confrontava essa explanação.

Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de *interêsse* [sic] público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937).

Muito do que Andrade defendeu como preservação para a época seria difícil de ser concretizado. O escritor colocava que para uma manifestação cultural ser reconhecida como patrimônio nacional uma das exigências para ser fichada nos livros tombo era que o registro daquela arte fosse por fotos ou vídeos e no caso de um ‘saber fazer’ era necessário o registro do passo a passo da produção. Nos anos 1930 isso geraria um alto custo para o governo o que, possivelmente, seria logo descartado. Ao desejar que as artes fossem filmadas ou fotografadas Mário de Andrade acreditava que com o passar dos anos algumas artes deixariam de existir, pois nem tudo é possível de ser eternizado (ITAÚ, 2020) e, com isso registrado, haveria uma forma de manter viva algo que por muito tempo esteve presente no cotidiano.

O projeto final do “Serviço de Patrimônio Histórico” e Artístico tem um pouco do dna do anteprojeto que serviu de base para a sua criação. Andrade abordou muito a questão do patrimônio imaterial ou bem intangível e que a partir de 2003 o Brasil se destaca nesta categoria de preservação. Os livros tombo do IPHAN são os mesmos descritos pelo paulista em seu anteprojeto. É quase impossível ao contar a história do IPHAN e não falar de Mário de Andrade, que deu contribuições que, no longo prazo, se tornaram importantes para o Instituto ser tão abrangente em seu trabalho.

Figura 8 - Ao primeiro livro tomo foi acrescido a palavra Paisagístico. Os demais, os mesmos de Mário de Andrade.

Página inicial > Livros do Tombo

## Livros do Tombo

**Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico** - Onde são inscritos os bens culturais em função do valor arqueológico, relacionado a vestígios da ocupação humana pré-histórica ou histórica; de valor etnográfico ou de referência para determinados grupos sociais; e de valor paisagístico, englobando tanto áreas naturais, quanto lugares criados pelo homem aos quais é atribuído valor à sua configuração paisagística, a exemplo de jardins, mas também cidades ou conjuntos arquitetônicos que se destaquem por sua relação com o território onde estão implantados.

**Livro do Tombo Histórico** - Neste livro são inscritos os bens culturais em função do valor histórico. É formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Esse Livro, para melhor condução das ações do Iphan, reúne, especificamente, os bens culturais em função do seu valor histórico que se dividem em bens imóveis (edificações, fazendas, marcos, chafarizes, pontes, centros históricos, por exemplo) e móveis (imagens, mobiliário, quadros e xilogravuras, entre outras peças).

**Livro do Tombo das Belas Artes** - Reúne as inscrições dos bens culturais em função do valor artístico. O termo belas-artes é aplicado às artes de caráter não utilitário, opostas às artes aplicadas e às artes decorativas. Para a História da Arte, imitam a beleza natural e são consideradas diferentes daquelas que combinam beleza e utilidade. O surgimento das academias de arte, na Europa,, a partir do século XVI, foi decisivo na alteração do *status* do artista, personificado por Michelangelo Buonarroti (1475 - 1564). Nesse período, o termo belas-artes entrou na ordem do dia como sinônimo de arte acadêmica, separando arte e artesanato, artistas e mestres de ofícios.

**Livro do Tombo das Artes Aplicadas** - Onde são inscritos os bens culturais em função do valor artístico, associado à função utilitária. Essa denominação (em oposição às belas artes) se refere à produção artística que se orienta para a criação de objetos, peças e construções utilitárias: alguns setores da arquitetura, das artes decorativas, design, artes gráficas e mobiliário, por exemplo. Desde o século XVI, as artes aplicadas estão presentes em bens de diferentes estilos arquitetônicos. No Brasil, as artes aplicadas se manifestam fortemente no Movimento Modernista de 1922, com pinturas, tapeçarias e objetos de vários artistas.

**Acesse**

- [Bibliografia Geral](#)
- [Bibliotecas do Iphan](#)
- [Boletim do Patrimônio](#)
- [Carta de Serviços ao Cidadão](#)
- [Notícias](#)
- [Sala de Imprensa](#)
- [SEI! Consulte seu processo](#)

Fonte: (IPHAN, 2014a).

### 3.2.2 No Estado de São Paulo foi criado o CONDEPHAAT

As políticas públicas de conservação dos bens culturais não se estendem apenas ao Governo Federal, no caso brasileiro, representado pelo Iphan. Na Constituição Federal de 1988 que, além de definir o que é o patrimônio cultural brasileiro, ressalta também a importância dos Estados em proteger e conservar os seus bens.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 .... § 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. § 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. (BRASIL, 1988).

Com essa prerrogativa definida pela legislação federal cada Estado possui um órgão estadual de preservação de seus bens. Na região sudeste, por exemplo, temos

no Estado do Rio de Janeiro o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), em Minas Gerais, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha) e, no Espírito Santo, o Conselho Estadual de Cultura (CEC).

Já o Estado de São Paulo possui o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT). Este órgão foi criado pela Constituição Estadual, de 1967, em seu artigo 128 – “É criado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado, na forma que a lei estabelecer”.

Figura 9 - Publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo datado de 23 de outubro de 1968, um dia após a aprovação da lei.

# A T O S   L E G I S L A T I V O S

**LEI N. 10.247, DE 22 DE OUTUBRO DE 1968**

Dispõe sobre a competência, organização e o funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado, criado pelo artigo 128 da Constituição Estadual e dá outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:**

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

**Artigo 1.º** — O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado, criado pelo artigo 128 da Constituição Estadual, fica diretamente subordinado ao Secretário de Cultura, Esportes e Turismo, e se regerá pelo disposto nesta lei.

**Artigo 2.º** — Competirá ao Conselho a adoção de todas as medidas para a defesa do patrimônio histórico, artístico e turístico do Estado, cuja conservação se imponha em razão de fatos históricos memoráveis, do seu valor folclórico, artístico, documental ou turístico, bem assim dos recantos paisagísticos, que mereçam ser preservados.

**Parágrafo único** — Caberá ao Conselho, para a efetivação do disposto neste artigo:

I — propor às autoridades competentes o tombamento dos bens nele referidos, bem como solicitar a sua desapropriação quando tal medida se fizer necessária;

II — celebrar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, visando a preservação do patrimônio de que trata este artigo;

III — propor a compra de bens móveis ou seu recebimento em doação;

IV — sugerir a concessão de auxílio ou subvenções a entidades que objetivem as mesmas finalidades do Conselho, ou a particulares que conservem e protejam documentos, obras e locais de valor histórico, artístico ou turístico;

V — ter a iniciativa de projetar e executar às expensas do Estado as obras de conservação e restauração de que necessitem os bens públicos ou particulares discriminados neste artigo;

VI — cadastrar os bens tombados na forma da legislação vigente;

VII — adotar outras providências previstas em regulamento.

**Artigo 3.º** — O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado compor-se-á de 9 (nove) membros, de comprovada idoneidade moral e com notórios conhecimentos relativos às finalidades do órgão, designados pelo Governador, como representantes da Secretaria e entidades a seguir discriminadas:

I — Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo;

II — Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo;

III — Instituto de Pré-História, da Universidade de São Paulo;

IV — Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

V — Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo;

VI — Serviço de Museus Históricos do Estado;

VII — Instituto dos Arquitetos do Brasil, Seção de São Paulo;

VIII — Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga; e

IX — Cúria Metropolitana de São Paulo.

**§ 1.º** — O Presidente do Conselho será escolhido pelo Governador dentre os conselheiros designados.

**§ 2.º** — A Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo e as demais entidades discriminadas neste artigo apresentarão ao Governador, sempre em lista tripartite, nomes para escolha dos respectivos representantes.

**§ 3.º** — Os membros do Conselho terão mandato de 2 (dois) anos, podendo, porém, ser dispensados a qualquer tempo.

**§ 4.º** — As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente também o voto de desempate.

**§ 5.º** — Os membros do Conselho farão jus, por sessão a que comparecerem, a gratificação a ser fixada pelo Governador.

**Artigo 4.º** — A Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo porá à disposição do Conselho o pessoal técnico e administrativo necessário ao seu funcionamento.

**Artigo 5.º** — O Conselho será sempre ouvido nos casos de alienabilidade e disponibilidade das obras históricas ou artísticas, bem como dos monumentos naturais, todos de propriedade do Estado.

**Artigo 6.º** — Os imóveis do Estado classificados como patrimônio histórico ou artístico deverão abrigar, com exclusividade, museus da espécie, de caráter público.

**Artigo 7.º** — A organização e o funcionamento do Conselho serão fixados em regulamento.

**Artigo 8.º** — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir na Secretaria da Fazenda, à Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, crédito especial na importância de NCR\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos), destinado a atender às despesas com a instalação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico, de que trata esta lei.

**Parágrafo único** — O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes da redução de igual importância de dotação consignada ao Código Local n. 176, Categoria Econômica 4.1.3.0, do orçamento.

**Artigo 9.º** — O Poder Executivo expedirá o regulamento desta lei, dentro de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua publicação.

**Artigo 10** — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 11** — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Bandeirantes, 22 de outubro de 1968.

**ROBERTO COSTA DE ABREU SOBRINHO**  
Orlando Gabriel Zanoner — Secretário de Cultura, Esportes e Turismo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 22 de outubro de 1968.  
Nelson Petersen da Costa — Diretor Administrativo — Subst

Fonte: (SÃO PAULO, 1968).

Entre os vários bens culturais tombados e preservados pelo Condephaat um em especial chama a atenção, pois dificilmente seria possível imaginar que a natureza poderia se tornar um bem de preservação pública e a entidade paulista foi pioneira neste assunto. Observamos que anteriormente à fundação do órgão paulista não se falava em patrimônio natural. O Condephaat acabou servindo de inspiração para outros estados seguirem a preservação de bens naturais pois realizou

(...) a consolidação das ações de identificação e proteção do patrimônio natural, cujo gatilho de preservação se deu nos primeiros anos de atuação do Condephaat, no início da década de 1970, momento em que se concebeu a natureza como parte integrante da memória social. Os primeiros tombamentos das chamadas “áreas naturais” nasceram do olhar atento e sensível de profissionais do patrimônio, que anteviram a relação estreita entre cultura e natureza. (NASCIMENTO, SCIFONI, 2018, p. 9-10).

E no ano de 1985 o Condephaat tomba a Serra do Mar e a Vila de Paranapiacaba como patrimônio estadual com todas as suas cadeias de montanhas. Com este tombamento foram abrangidos 48 municípios, dentre eles a cidade São Luiz do Paraitinga, objeto desta pesquisa.

Neste caso específico percebe-se que houve uma multidisciplinaridade de áreas de conhecimento que se articularam, pois desde seu surgimento, em 1968, o órgão responsável tinha, como seus membros conselheiros, professores da Universidade de São Paulo dos cursos de História e Arquitetura. E no caso da Serra do Mar outras áreas de conhecimento se juntaram como biologia, geografia e antropologia. Não bastaria apenas um historiador e um arquiteto para lidar com a natureza, o que ajudou a enriquecer os estudos relacionados ao patrimônio natural.

Muitos talvez podem se perguntar o porquê uma paisagem com suas montanhas e tudo o que está ao seu redor é considerado um patrimônio e merece o reconhecimento pela legislação sendo tombado para um Estado. No trabalho de Flávia Brito do Nascimento e Simone Scifoni que citam o trabalho de Carlos Lemos, arquiteto já citado neste capítulo anteriormente, no qual “argumentava em favor da preservação de elementos naturais que constituíram, historicamente, o papel de baliza e de ponto de referência aos viajantes, ou de sua função de horizonte verde da cidade” (NASCIMENTO; SCIFONI, 2018, p. 11).

A natureza sempre esteve presente e o homem teve que aprender a lidar com ela, seja na busca por alimentos quanto nas rotas seguidas por longos períodos. O desbravamento das cidades no interior ocorreu pela natureza, os caminhos que levaram as pessoas a fundarem vilas que posteriormente se tornaram cidades, como por exemplo, o Caminho do Ouro que hoje conhecemos pelos estudos e pelas placas nas estradas. Já que o meio natural foi importante para o ser humano e para o desenvolvimento de sua história nada mais justo do que lhe dar esse reconhecimento. O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-SP) define o Patrimônio Natural como aquele que “é constituído por bens cuja criação não recebeu interferência humana. Ex.: grutas, montanhas, rios, ecossistemas, jazidas, animais, silvestres, etc” (NASCIMENTO; SCIFONI, 2018, p. 14). Afinal, a história de um povo não se encontra apenas nas igrejas, casarões, jornais, representações, mas também na natureza.

Assim como o órgão federal, o Condephaat, possui quatro livros tomo nos quais os bens paulistas devem ser registrados de acordo com a categoria à qual se encaixarem Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Tombo das Artes; Tombo Histórico; Tombo Paisagístico.

Desde a sua criação o Condephaat realizou cerca de 500 tombamentos dentre os quais podemos destacar

(...) dois centros históricos, de Cananéia e São Sebastião; obras de arte (Benedito Calixto, 1969; Almeida Júnior 1970); acervos de arte (Capela do Hospital das Clínicas/obras de Brecheret, 1970; acervo do Museu de Arte de São Paulo, 1973; a coleção artística do Museu Paulista da USP, em 1973, desde a década de 1940, pelo Iphan); coleção arqueológica e etnológica do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. (RODRIGUES, 2015, p. 297).

Dentre esses tombamentos encontra-se os chamados *ex-officio*. Eles apenas tombam na espera estadual bens que já foram tombados por outros órgãos de proteção ao patrimônio, neste caso o Iphan. E esses bens em grande maioria eram “palácios e palacetes do século XIX, de famílias abastadas, residências de personalidades, capelas e igrejas”. (RODRIGUES, 2015, p. 297). A maioria dos bens tombados eram exclusivamente católicos.

Nos anos 1980 trouxeram uma perspectiva de novos valores culturais importantes para o tombamento de bens, como podemos constatar na nova constituição cidadã promulgada em 1988.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Essa legislação deixa bem claro que os grupos formadores da sociedade brasileira - branco, índio e negro - e todas as suas manifestações fazem parte do conjunto de bens culturais do país, o que nos faz concluir que ocorre uma democratização de bens tombados. Se antes uma determinada classe social tinha ‘um domínio’ no que era determinado como bem a ser preservado, agora o leque se expandiu. Tanto que, em 1990, o Condephaat tombou uma casa de culto como bem patrimonial do Estado, o terreiro de candomblé Axé Ilê Obá.

Figura 10 - Placa de tombamento do governo de São Paulo exposta no primeiro terreiro a ser tombado no Estado.



Fonte: (AXÉ, 2015)

Se considerarmos ao significado de patrimônio como um legado que como uma forma onde todas as pessoas, independentes de sua classe ou cor, 'herdam', pois faz parte da memória dos habitantes de determinado local e historicamente tem seu valor, esse tombamento deveria se entender a mais desses bens, Isso, seja no nível municipal, estadual ou federal. Pois infelizmente "Os bens culturais não pertencentes às elites acabaram relegados ao esquecimento". (CORÁ, 2014, p. 145).

### 3.3 Importância do Tombamento e da Preservação

Quando estamos em uma cidade é comum que queiramos visitar os seus pontos turísticos, alguns tombados por órgãos de preservação e que, por isso, têm algumas regras para sua visita. Mas será que temos a devida noção do que a palavra tombamento significa?

Tombar é usada para registrar algum objeto em um livro próprio, por exemplo quando emprestamos um livro de uma biblioteca vemos demarcado na obra o seu número de tombo, esta é, se registra um patrimônio, um objeto, um livro o que fazem parte do local e é importante para quem frequenta o lugar como um patrimônio cultural é semelhante. O bem é tombado e registrado em um livro próprio. Mas, neste caso,

registra-se também a importância deste bem para uma comunidade. Os bens culturais são tombados pela legislação, o que garante a sua preservação devido ao seu valor histórico, cultural, arquitetônico e afetivo para aquela população. “O tombamento é um atributo que se dá ao bem cultural escolhido e separado dos demais para que, nele, fique assegurada a garantia da perpetuação da memória”. (LEMOS, 1981, p. 85)

Quando ocorre o processo de tombamento o bem deve permanecer com suas características originais. Caso seja necessário realizar alguma restauração, seja para manter a estrutura firme ou algo mais estético, um processo deverá ser aberto no órgão que realizou aquele tombamento. Sem a autorização deles, qualquer modificação no bem poderá ser punida de acordo com a legislação e serão os conselheiros que aprovarão ou não a manutenção que se deseja fazer no bem e decidir se é executável ou não. A documentação necessária para tal finalidade varia de órgão para órgão.

A palavra preservar não deve ser vista com um significado semelhante ao de tombamento, afinal uma ação não depende necessariamente da outra para acontecer.

A preservação pode existir sem o tombamento. O tombamento é uma imposição legal; porém, sem ele não há garantia real de preservação. Esta é uma importante ação a ser tomada para garantir a preservação definitiva do patrimônio, impedindo, por lei, a sua descaracterização/destruição e propiciando a sua plena utilização. (CONSELHO, 2008, p. 16).

Para um bem ser preservado não é necessário que haja o seu tombamento e essa preservação pode ser feita por uma pessoa, um grupo, uma instituição. Já o tombamento exige a preservação daquele bem, garantida por meio de uma legislação. E não devemos esquecer de mais uma atitude que é importante para a manutenção de um bem cultural, conservar, que está muito ligada à preservação, sendo vistas como sinônimos. Podemos dizer, no caso dos patrimônios, que a preservação é proteger, salvaguardar, conservar e manter ao natural (MARTINS, 2014, p. 3). Já a conservação e o conjunto de ações que levem à preservação do bem.

“A conservação manterá as ações em prol da preservação, admitindo uma intervenção, certo de que todo bem, com o passar do tempo, sofre intervenções.” (MARTINS, 2014, p. 4).

Uma outra forma de garantir a perpetuação de um patrimônio cultural é o chamado inventário, menos conhecido que o tombamento. Aliás, a constituição federal cita o inventário como uma das ações de proteção patrimonial: “§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural

brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. (BRASIL, 1988).

Podemos dizer, de forma sucinta, que o inventário é uma pesquisa detalhada sobre o bem ao qual se deseja conhecer para preservar. Esse levantamento ocorre tanto pela busca em documentos, quanto pesquisas de campo, cujo objetivo é

(...) conhecer e identificar quais os bens culturais de valor coletivo para um grupo social através de um levantamento descritivo desses bens. Os dados obtidos possibilitarão a catalogação e documentação de suas principais características, tanto físicas quanto culturais, para que posteriormente possa ser salvaguardado ou registrado. (ALAGOAS, 2020).

Apesar de estar descrito na legislação que existem formas distintas da preservação do patrimônio cultural, o inventariar talvez não receba a mesma importância que tombamento. Nas legislaturas referentes ao tombamento vemos que existem penas para quem faça algo que atente contra à sua existência. O mesmo não é cabível ao inventário. A garantia de que um imóvel, por exemplo, não sofra com depredações e desmoronamentos é o tombamento, pois é garantido em lei que seja preservado. “O inventário não possui regulamentação infraconstitucional, de âmbito nacional, que estipule normas relativas aos seus efeitos. (CAMPOS, 2011, p. 121).

No ano de 2012, no Rio de Janeiro, ocorreu o V Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural realizada pela Associação Brasileira de Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA, 2012), cujo objetivo era “dedicado ao debate da atuação ministerial, do papel do Poder Judiciário, da legislação ambiental, das técnicas de negociação e do desenvolvimento sustentável”. (ABRAMPA, 2012). Deste encontro foi redigida uma carta com as suas conclusões que apresenta uma perspectiva em relação a bens inventariados.

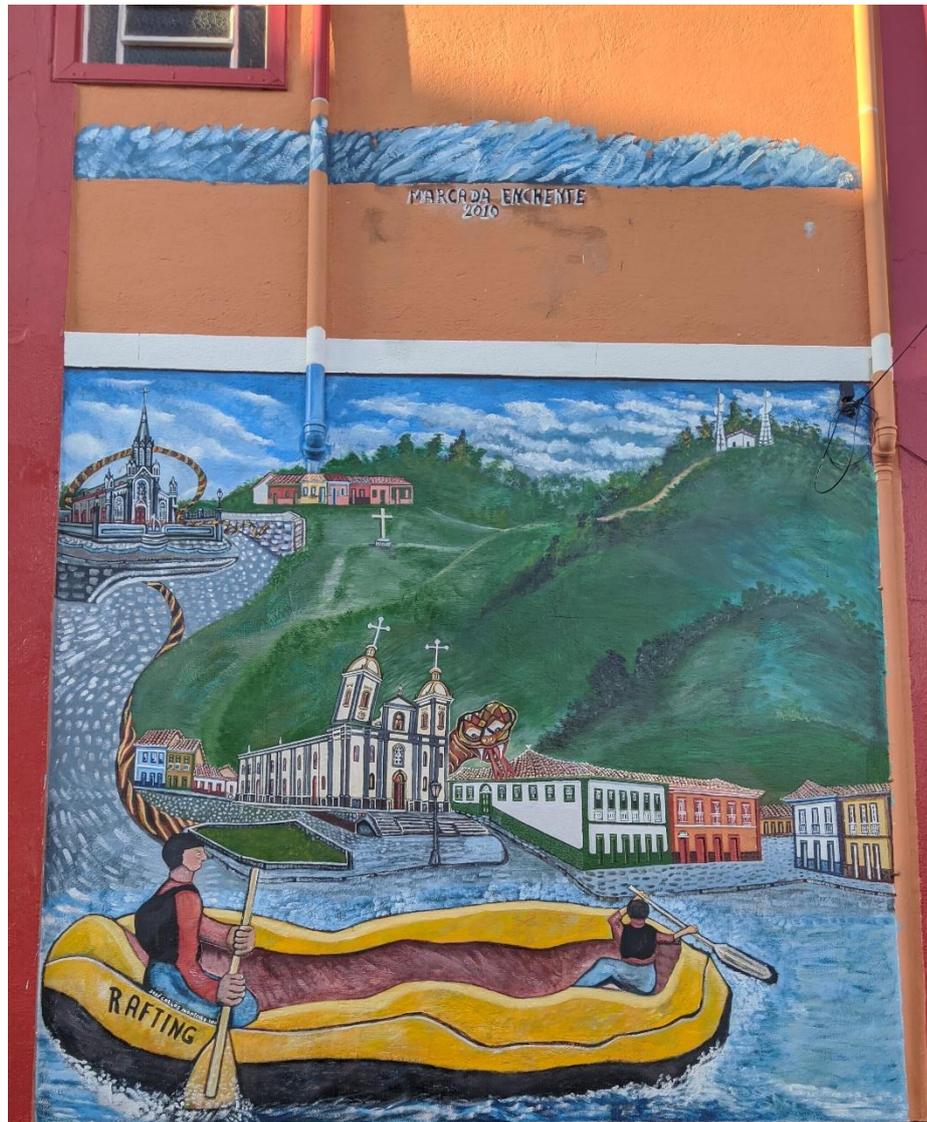
10. Os bens inventariados devem ser conservados adequadamente por seus proprietários, uma vez que ficam submetidos ao regime jurídico específico dos bens culturais protegidos. 11. Os bens inventariados somente poderão ser destruídos, inutilizados, deteriorados ou alterados mediante prévia autorização do órgão responsável pelo ato protetivo, que deve exercer especial vigilância sobre o bem. 12. Os bens inventariados ficam qualificados como objeto material dos crimes previstos nos art. 62 e 63 da Lei 9.605/98. 13. O instituto do inventário caracteriza-se constitucionalmente como forma autônoma e auto-aplicável de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. 14. O bem inventariado como patrimônio cultural submete-se a medidas restritivas do livre uso, gozo e disposição do bem. 15. As restrições resultantes do inventário se coadunam com o princípio da função sócio-cultural da propriedade previsto na Constituição Federal e no Código Civil (art. 1.228, § 1º). (ABRAMPA, 2012).

Percebemos que, no decorrer dos anos, os bens que fazem parte da memória de determinado povo pelo processo de inventário merecem agora que sua validação seja semelhante ao do tombamento, a fim de que ninguém possa atentar contra ele. Algumas cidades criaram leis municipais visando a proteção total do bem histórico, cultural inventariado.

A história de um povo se encontra em todos os lugares. Gozar de locais, manifestações, modos e saber fazer protegidos é garantir que as gerações atuais e futuras tenham o direito de conhecer a sua própria história. Manter vivas suas tradições e bens materiais e imateriais é reconhecer a importância deles para a formação de uma sociedade. É de conhecimento que uma legislação é a forma mais direta de ter garantida a proteção e perpetuação da história, através da proteção daqueles bens, que representam a riqueza cultural de um país. Mas como aqueles que ajudaram a construir este país miscigenado como “as culturas do campo, dos negros, dos índios, dos povos ribeirinhos, dos pescadores, etc”. (CORÁ, 2014, p. 151). Por longos anos “muito do que foi tombado representava uma visão elitista da cultura erudita e não da cultura popular, como se esperava com o Anteprojeto de Mário de Andrade”. (CORÁ, 2014, p. 144).

#### 4 A TRAGÉDIA DE 2010 EM SÃO LUIZ DO PARAITINGA E A RECONSTRUÇÃO DA IGREJA MATRIZ: RECONSTITUINDO UMA MEMÓRIA AFETIVA

Figura 11 - Painel mural produzido pelo artista plástico luizense José Carlos Monteiro vemos representada a lenda da Cobra Grande. O real e o imaginário se misturaram nas cheias de 2010 .



Fonte: Arquivo Pessoal

Ano 2010,  
 Bem na hora da virada  
 São Luiz do Paraitinga  
 Desceu uma chuarada  
 Que pro resto da vida  
 Pra sempre será lembrada.

(Excerto do cordel "A Enchente, de autoria de Ditão Virgílio, morador da cidade)

## 4.1 A Grande Enchente

Se fosse possível projetar a existência de uma máquina do tempo que nos possibilitasse voltar atrás para que alguma situação não acontecesse, provavelmente, o luizense impediria que a enchente que assolou a cidade naquela virada de ano de 2009 para 2010 não acontecesse. As pessoas que, naquele momento, festejavam na praça central da cidade celebrando a chegada de um novo ano, e junto com seus amigos e familiares, desejando mutuamente coisas boas e fazendo promessas, não imaginariam que, horas depois, o cenário de alegria daria lugar à uma situação trágica.

Como a cidade cresceu as margens do Rio Paraitinga, a população estava acostumada com inundações periódicas que atingiam, em grande parte, as ruas e casas situadas próximas ao rio. E, em casos como esse, era comum os moradores erguerem móveis e eletrodomésticos em lugares altos, pois acreditava-se que a água não os afetaria e logo a água baixava, a limpeza do local era feita e a rotina voltava ao normal.

Mas o que se viu há dez anos atrás era algo até então novo na cidade. Outras inundações aconteceram, mas o nível da cheia do rio, em números menores, mas que, infelizmente, causaram uma tragédia. Segundo Campos (2014) em 1967 o Rio Paraitinga subiu 5, 80 metros em duas oportunidades e, logo ocorreu um episódio até hoje sem explicações. No dia 22 de março de 1967, às 21 horas, a população luizense ouviu um estrondo que fez a cidade toda tremer. Num primeiro momento, a comunidade pensou que o prédio que abrigava as aulas do ginásio havia caído, pois estava em mau estado de conservação. Como estava acontecendo aulas no momento do tremor, vários moradores correram para o local. Chegando lá, o prédio estava inteiro.

Foi quando se compreendeu que o ocorrido foi um abalo sísmico. O medo, então, foi ainda maior. Muitas pessoas saíram de casa, indo para as ruas, temendo que o temor se repetisse e que as casas caíssem em suas cabeças. Naquela noite, pouca gente em São Luiz do Paraitinga conseguiu dormir. (CAMPOS, 2014, p. 47).

Figura 12 - Cheia do Rio Paraitinga em 1967. A cidade havia enfrentado inundações acima dos 5 metros que os deixou moradores aflitos. E, depois ainda, o abalo sísmico que preocupou ainda mais os moradores locais.



Fonte: (CAMPOS, 2014).

Histórias envolvendo as cheias do Rio Paraitinga são comuns na cidade. Os moradores mais antigos sempre comentavam de uma cheia que chegou a atingir alguns degraus da escadaria da Igreja Matriz. E essa história foi passando de geração em geração, mas muitos não comentavam o ano ela havia acontecido. Campos (2014) cita um jornal do século XIX que registrou que, na noite de 11 para 12 de janeiro de 1863, o Rio Paraitinga transbordou causando muitos estragos materiais, como “ a destruição de três sobrados, quatro casas térreas, além da cadeia pública e de duas pontes. As águas chegaram aos primeiros degraus da Igreja Matriz”. (CAMPOS, 2014, p. 48).

No entanto, o pior mesmo aconteceu no dia 31 de dezembro de 2009. Neste dia choveu muito na cidade, tanto que as pessoas celebraram o novo ano debaixo de muita água que caía na cidade. Ao amanhecer as águas do Paraitinga subiam cada vez mais. Os moradores acreditavam que durante a madrugada as águas do rio iriam baixar, mas o contrário e o inesperado aconteceu. Durante a madrugada a cheia aumentou, o centro histórico ficou debaixo d’água. Alguns casarões construídos em taipa de pilão vieram abaixo. Uma cena jamais vista em São Luiz, pois o nível do rio ficou 12 metros acima de sua capacidade normal.

Figura 13 - Vista parcial da cidade totalmente tomada pela inundação.



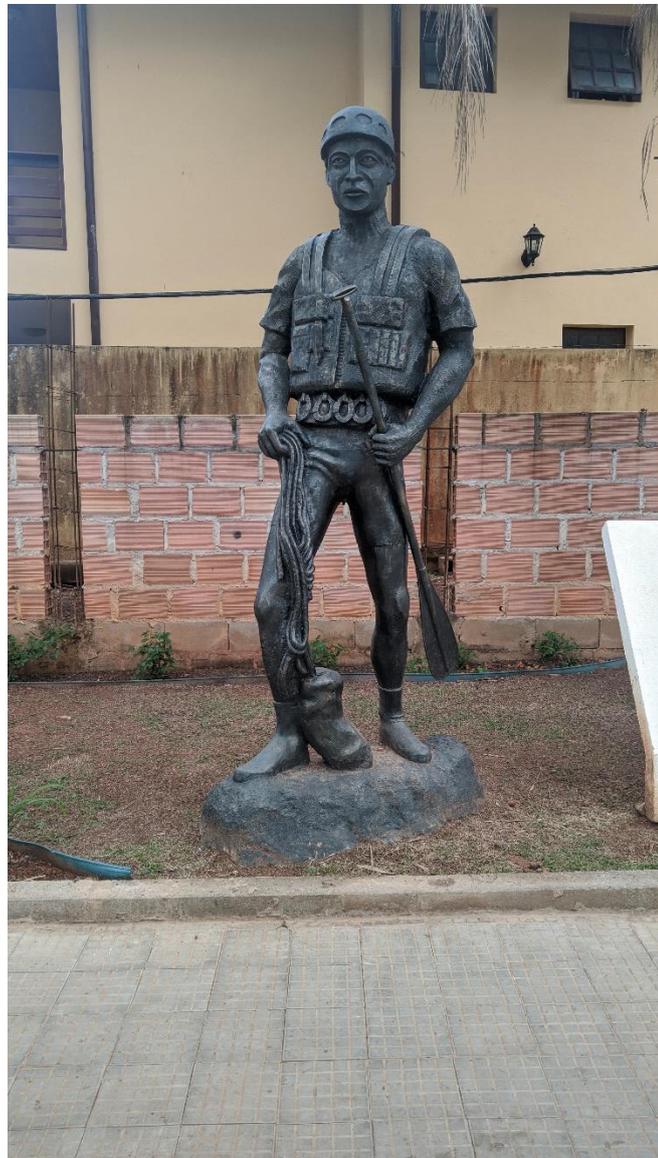
Fonte: (ADORO, 20--).

Esta tragédia afetou toda a cidade e não apenas as pessoas das áreas mais baixas que tiveram suas casas atingidas pela cheia. Os serviços de telefonia e internet pararam de funcionar. Parentes, conhecidos e amigos não puderam ter um contato imediato com seus entes queridos, como destaca Cursino (2015, p. 105) “são inúmeras as histórias de famílias que se separaram ficando membros dentro da cidade e outros foram causando grande preocupação entre eles”. Os comércios principais da cidade foram afetados e perderam todo o seu estoque. Levou algum tempo para que a comunicação pudesse ser restabelecida na cidade e a eletricidade ser retomada. Neste momento difícil a solidariedade se tornou uma marca do luizense, os moradores que não tiveram suas casas submersas pelas águas do Rio Paraitinga abrigaram em suas residências as pessoas que não tinham local para ficar. De acordo com Marchezini *apud* Santos, D. (2016, p. 106):

Em São Luiz do Paraitinga, foram os próprios moradores que se salvaram e enfrentaram as águas do rio Paraitinga: durante o dia, à noite e de madrugada. As contracondutas dos luizense – que não esperaram os órgãos de emergência e resgate – ganhavam expressão numa rede de salvamento que envolvia cidadãos comuns, porém, com conhecimentos do lugar.

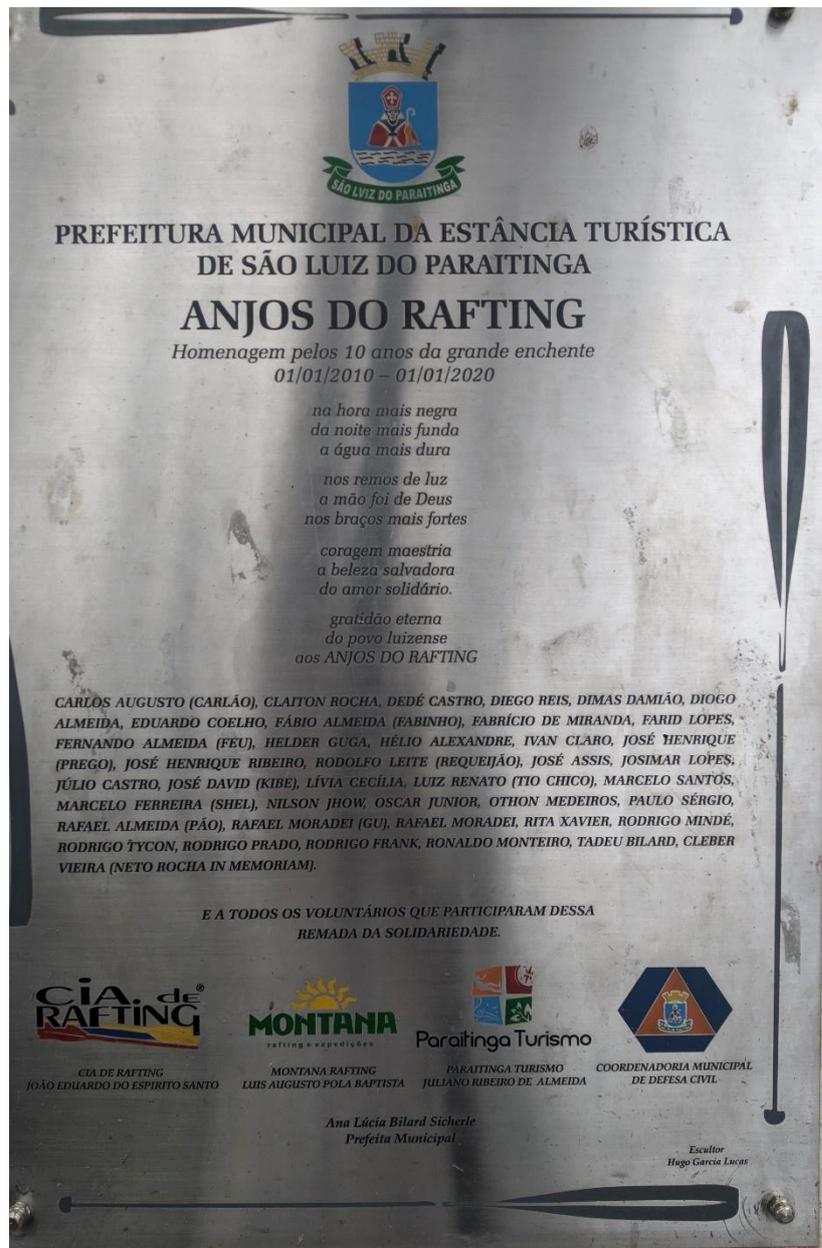
Nenhuma vida foi perdida por conta da calamidade que se alastrou sobre São Luiz do Paraitinga e muito disso se deve aos instrutores de rafting, esporte radical praticado em São Luiz do Paraitinga, que consiste em descer as corredeiras de rios e cachoeiras em botes infláveis. E foram estes mesmos botes que antes faziam a adrenalina dos turistas subir, nesta inundação foram responsáveis pelo salvamento da população. Crianças, idosos, homens, mulheres, foram resgatados de suas casas, alguns no segundo andar e, outros, do telhado. Eles se tornaram os heróis, os anjos que resgataram a população de uma morte mais que provável.

Figura 14 - Monumento localizado próximo a uma área de acesso ao centro histórico homenageia os instrutores de rafting que ajudaram no resgate da população.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 15 - Situado ao lado da estátua do instrutor, placa com os nomes dos instrutores de Rafting em 2010.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Por três dias São Luiz do Paraitinga ficou totalmente submersa e após as águas voltarem ao seu leito, o que se via era um cenário parecido com o de uma guerra. Havia lama por todos os lados, escombros de casarões que vieram abaixo, automóveis amontoados, objetos pessoais dos moradores, fiação elétrica arreventada. As ruas que, durante as festas eram tomadas por turistas animados, agora davam lugar a um cenário de um futuro incerto e sem esperança.

A ajuda não demorou muito para chegar. Alimentos, água, produtos de higiene pessoal, de limpeza e mantimentos. A única igreja histórica não afetada pelas águas,

Igreja de Nossa Senhora do Rosário, serviu como local para recebimento e distribuição de produtos doados. A solidariedade cidades vizinhas foi tanta que o ginásio ficou repleto dessas doações. A população carinhosamente, chamou este local de “shopping enchente”, e chegou a unir dois times rivais no Estado de São Paulo. Corinthians e Palmeiras que realizaram o “Derby da Solidariedade”, com um leilão no qual prêmios seriam camisas autografadas pelos ídolos dos dois times Ronaldo Fenômeno e Rivelino e, do lado palmeirense, pelo goleiro Marcos e Ademir da Guia, além de uma bola do Campeonato Paulista autografada pelos quatro atletas.

Passados esses momentos mais difíceis chegou o momento de arregaçar as mangas e começar a planejar e a começar a reconstrução de que a terrível enchente destruiu. Enquanto os moradores buscavam uma forma de se reerguer, era preciso buscar apoio para reconstruir os bens derrubados, entre eles, a igreja principal da cidade.

## 4.2 O Processo de Reconstrução da Igreja Matriz

Figura 16 - Momento exato em que torre da Igreja Matriz desaba durante tragédia de 2010.



Fonte: (A REDAÇÃO, 2012). Disponível

Sábado, 10 da manhã  
 Veja o que aconteceu  
 Ouvia-se um grande estalo  
 Três vezes o sino bateu  
 Era a segunda torre  
 Que ao cair, tremeu  
 Fez uma onda tão grande  
 Que a praça estremeceu  
 Derrubando várias casas  
 Quando na água bateu

(Excerto do cordel “ A Enchente, de autoria de Ditão Virgílio)

O vídeo da queda de toda a principal igreja da cidade acabou rodando o país e se tornou uma das imagens mais marcantes da calamidade. Em uma cidade, onde grande parte de sua população é católica, olhar a queda do maior símbolo da fé católica foi devastador. O carinho da população pelo templo é tão grande que quando ela ruiu de vez na cheia muitos moradores choraram e acreditaram que esse ato poderia resultar em coisa pior para o município.

A Igreja Matriz faz parte da memória do povo luizense. Nela muitos batizados, casamentos, missas fúnebres aconteceram. Durante a novena em honra ao Divino Espírito Santo, festa popular da cidade, que de acordo com a religião católica é

celebrada a vinda do Espírito Santo 50 dias depois do domingo de Páscoa. Olhar a igreja lotada com seus fiéis carregando suas bandeiras vermelhas enchiam os olhos dos turistas que visitavam a cidade durante este evento. E, após as águas baixarem, olhar para aquele espaço vazio, totalmente em ruínas era muito triste e desolador. Devido a essa relação afetiva que os munícipes têm em relação ao prédio, que é um patrimônio material e imaterial sua reconstrução foi acompanhada de perto, inclusive com a participação efetiva dos próprios luizenses, pois este é um local que faz parte da memória afetiva do povo local.

Logo que as águas do Paraitinga baixaram a primeira iniciativa foi o salvamento emergencial do que restou da igreja. Era preciso realizar uma limpeza para tentar encontrar santos e outras relíquias que a igreja guardava e que a água não levou foi contratada a empresa Biapó Construtora, cuja boa parte da verba destinada para esta ação foi utilizada para realizar o escoramento das paredes remanescentes, recuperação dos altares de mármore e restauro de imagens sacras.

Figura 17 - Muitas imagens foram encontradas quebradas e cobertas de lama. Trabalho de restauração era feito logo que eram encontradas.



Fonte: (SÃO LUIZ DO PARAITINGA, SP. 2014).

Para esta primeira etapa foram investidos, por meio da Secretaria de Cultura do Município cerca de R\$ 10 milhões de reais. Estima-se que um terço deste valor tenha sido usado para salvar e restaurar os objetos encontrados na igreja. Esta etapa ocorreu durante os meses de janeiro a outubro do mesmo ano. A empresa, citada acima, também ficou responsável pelo “salvamento” emergencial da Capela de Nossa Senhora das Mercês. Para desenvolver este trabalho “foi preciso limpar todos os escombros e peneirar o barro das paredes de taipa que ficaram no chão para encontrar o maior número de peças possíveis, desde o forro de madeira pintado à mão, até castiçais, imagens, santos e objetos de todos os tipos” (BIAPÓ Construtora). Esta obra foi financiada pelo Ministério da Cultura do Governo Federal, através do Iphan.

Devemos destacar que grande parte da população fez questão de acompanhar de perto todo o processo que envolvia a construção do novo templo, pois era importante não deixar a história deles se perder.

Foi muito interessante a interação da comunidade em todo este processo. Não só pela iniciativa de contratação de profissionais locais (...) mas pela participação ativa de membros da comunidade que acompanhavam os trabalhos e auxiliavam no envio de informações, fotos, vídeos que foram fundamentais para o trabalho de catalogação e identificação das peças que poderiam ser restauradas. (SANTOS, J., 2015, p. 257).

Como a população fazia questão de participar e estar presente no processo foram realizadas reuniões para discutir a criação de um espaço perto da igreja sendo reconstruída para as pessoas visitarem. Nestas visitas guiadas, moradores e turistas poderiam acompanhar mais de perto como estava sendo o processo de salvamento e como o restauro das imagens era feito. Podemos dizer que isso deu esperança às pessoas que estavam sentindo falta de entrar novamente na igreja, ainda que não do jeito de antes, pois a Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa se fazia presente, mesmo em um espaço onde apenas lembranças existiam.

Figura 18 - Estrutura metálica utilizada para proteger os objetos e paredes remanescentes. Erguidas num molde que lembrava o templo que fazia parte do cenário urbano luizense.



Fonte: (IPHAN, 2014b).

Com a queda de duas igrejas históricas e uma terceira utilizada como local para recebimento e distribuição de doações, as celebrações eucarísticas passaram a acontecer no Centro Paroquial da cidade. O espaço, porém, era pequeno, mas o suficiente para acomodar os fiéis que faziam questão de sempre acompanhar as liturgias católicas. Mas, no dia 29 de novembro de 2010, em meio aos escombros a população pôde acompanhar uma missa no templo da matriz. Em entrevista ao portal de notícias G1, o padre Edson Carlos Alves Rodrigues, conhecido como Padre Edinho testemunhou que “é uma emoção muito grande voltar a celebrar no lugar onde a gente se juntava para encontrar Deus”. Este momento se tornou mais simbólico porque a população pôde ver as imagens sacras restauradas, entre elas a imagem do padroeiro São Luis de Tolosa e de Nossa Senhora das Dores. Acreditamos que podemos afirmar que a fé dos luizenses, se fortaleceu ainda mais com essa tragédia, os quais buscavam forças para seguir em frente ajudados por esta mesma fé.

Após o processo de recuperação e restauração dos objetos pertencentes à igreja era preciso pensar em como ficaria a construção da nova matriz. Não devemos esquecer que 2010 era ano de eleições nacionais nos dois níveis, federal e estadual e a reconstrução da cidade acabou virando uma disputa política entre os governos Estadual e Federal. A obra envolvendo a Matriz era a mais desejada pelos moradores

e sempre a mais visada, por isso, a disputa dos órgãos de preservação Estadual e Federal para saber quem levaria o crédito por reconstruir o local. Primeiramente, a obra foi orçada em aproximadamente R\$13 milhões de reais, que viriam dos cofres públicos, seja federal ou estadual.

Com maior proximidade com a prefeitura – ambos do PSDB – ficou decidido que o governo estadual assumiria a obra da matriz, a partir de novembro de 2010 findo o período de salvamento e o Ministério da Cultura assumiria os restauros do Museu Dr. Oswaldo Cruz, Igreja do Rosário e Capela das Mercês. (SANTOS, J, 2015, p. 260).

Após a definição de qual poder público ficaria com a responsabilidade da reconstrução outro assunto relevante se fez presente nesse imbróglio todo; o de que maneira seria erguida o prédio, nos moldes originais ou com uma arquitetura moderna. Este, inclusive, foi tema de um debate que resultou em uma audiência pública, na qual os munícipes se fizeram presente em grande quantidade.

Foram sugeridos três possibilidades aos moradores: a construção de um templo com arquitetura moderna, que contrastasse com os casarões e “falasse” sobre 2010 para as futuras gerações; um templo que revivesse a arquitetura original da Igreja Matriz e, assim marcasse a história como um recomeço; e por fim, um templo em que a volumetria, a altura e a arquitetura fossem uma réplica da Matriz que caiu no dia 02 de janeiro de 2010. (SANTOS, D; SILVA, 2016, p. 51).

A população estava resistente a um novo estudo arquitetônico da Matriz. E, devido a este impasse, caminho foi longo para a definição do projeto arquitetônico. Uma preocupação que ficou em evidência era de que o prédio sendo refeito no mesmo estilo arquitetônico de sua última reforma, ocorrida em 1925. Tinha-se o receio de que esta obra construída no tempo presente, com características físicas do passado pudesse confundir as pessoas em relação ao espaço tempo. Christina Cameron, em seu artigo, cujo título é “Reconstrução: mudar atitudes”, descreve que os profissionais são receosos quanto a esta ideia “(...) porque essa prática pode falsificar a história e criar lugares fictícios que nunca existiram daquela forma” (CAMERON, 2017).

O fato é que numa arquitetura ou obra de arte o que foi reconstruído ou restaurado deve ser perceptível para que a pessoa ao olhar para o objeto possa discernir o que é original e o que foi colocado ali para o restauro da obra. Restaurar ou reconstruir é um tema que divide ainda muitos arquitetos e, em São Luiz, isso não seria diferente. O que se deve ter é transparência durante o processo, como destaca a *Prima Carta Del Restauro*, de 1883 o “arquiteto italiano Camillo Boito enunciou oito princípios para a conservação do patrimônio que insistem na honestidade e na

transparência quando partes faltantes forem acrescentadas às construções” (CAMERON, 2017).

Alguns técnicos encarregados, na reconstrução da igreja acreditavam no caminho oposto e que era possível refazer a igreja como antes, mas que as pessoas saberiam distinguir o novo do antigo. De acordo com Santos, J. esses profissionais :

argumentavam que a Igreja Matriz manteve duas de suas paredes na entrada do prédio que puderam ser escoradas e estavam preservadas em sua estrutura original. Diversos elementos poderiam ser reconstituídos a partir do salvamento dos escombros e era possível sim um processo que deveria ser de total recuperação dos traços originais e não da construção de um novo prédio. (SANTOS, J., 2015. p. 263)

A memória afetiva que a população tinha do local falou mais alto e os órgãos de preservação patrimonial aprovaram a reconstrução da nova Igreja Matriz no mesmo molde que ela tinha em 2010 ao ruir com as águas do rio Paraitinga. “A simbologia, a identidade, o desejo dos moradores era muito mais importante, superando até mesmo recomendações feitas em cartas internacionais que tratam a reconstrução de bens tombados”. (SANTOS; SILVA, 2016, p. 50).

Após o longo caminho para que o estilo arquitetônico da igreja fosse decidido e aprovado seguindo os anseios da comunidade coube a empresa Concrejato Serviços Técnicos e de Engenharia iniciar a reconstrução do templo católico. Vale destacar que tanto no rescaldo do que ficou nessa segunda etapa foram contratados luizenses para serem os trabalhadores destas grandes obras pós-enchente. O dinheiro oriundo do governo estadual foi repassado para a Mitra Diocesana de Taubaté<sup>11</sup>, que é a responsável pela paróquia de São Luiz de Tolosa num total de R\$ 13.119.787,36. O novo projeto foi feito pela empresa FORMARTE para a reconstrução e restauração do prédio. O projeto ainda contemplou elementos remanescentes da estrutura antiga. O novo e o antigo se complementam neste novo local.

---

<sup>11</sup> A Diocese de Taubaté foi criada no dia 7 de junho de 1908 pelo então Papa Pio X, sendo a primeira do Vale do Paraíba. A paróquia de São Luis de Tolosa desde a fundação da diocese faz parte dela.

Figura 19 - Na sala de batismo podemos perceber que a parede antiga faz parte no novo cenário da Igreja. Marcas que a grande enchente não conseguiu destruir.



Fonte: (FORMARTE, 2020).

E finalmente no dia dois de setembro de 2011, 75 trabalhadores davam início à reconstrução muito esperada da igreja matriz que é um lugar de memória por excelência. E mais gratificante ainda era a certeza de que ela seria semelhante à aquela que eles, por tantos anos, estavam acostumados a olhar e nela participar das festividades católicas. Infelizmente, como já é notório em nosso país, a maioria das obras governamentais não obedecem prazos nem orçamentos, esta levou dois anos e sete meses para ficar pronta e seu orçamento foi finalizado em R\$ 17.117.787, 36.

Mas, finalmente, chega o dia da “reinauguração”, da Igreja Matriz. Uma data que jamais deixará de ser lembrada pelos moradores, 16 de maio de 2014, após quatro anos da tragédia. A Igreja Matriz reconstruída foi inaugurada. Estavam presentes o governador do Estado, Geraldo Alckmin e o prefeito luizense à época, Alex Torres, além de outros políticos da cidade. O pároco de São Luiz, Pe. Álvaro Mantovani, conhecido como Pe. Tequinho visitou a igreja antes de sua reinauguração para a população e declarou ao portal de notícias A12 de Aparecida:

No dia 16 de maio, pela manhã, as lágrimas que caíram dos olhos dos luizenses quando a Igreja caiu, voltará a cair quando as portas da nova matriz se abrirem para nela podermos entrar, não serão as lágrimas tristes de um janeiro de 2010, mas as lágrimas sorridentes, de um maio de 2014 que nunca mais será esquecido por quem tanto espera esse momento. (VIEIRA, 2014).

Figura 20 - Interior da Igreja Matriz anos antes de sua queda. Pela imagem podemos notar que o local já precisava de reparos na pintura interna.



Fonte: (ESTADÃO, 2014).

Figura 21 - Interior da Igreja Matriz após sua reconstrução. Tudo permaneceu semelhante à sua antiga arquitetura.



Fonte: Arquivo Pessoal

### 4.3 O Conceito de Memória e a Afetividade

Por muito tempo, acreditava-se que a história era feita por documentos e demais objetos escritos que poderiam nos indicar como certos acontecimentos se sucederam, esta concepção está ligada ao Movimento Positivista, que não aceitava que a história poderia ser feita de outras formas e o que constava nos documentos deveria ser visto como verdadeiro. A *Escola dos Annales*, do século XX, trouxe uma nova visão para o estudo histórico e, por ele, diversas ações humanas podem ser pesquisadas e analisadas para o enriquecimento da ciência. Hoje sabemos que livros didáticos, músicas, literatura e arte, monumentos, jornais etc fazem parte e compõem a construção do nosso conhecimento, pois podem trazer informações que não foram deixadas por escrito, pois também O que não está escrito também pode ajudar o historiador na realização de seu trabalho.

Muitas das sociedades que hoje conhecemos não possuíam escrita e mesmo assim elas não são menos importantes que as ditas civilizadas por terem uma escrita e assim terem deixado sua história registrada. Essa oralidade tem ganhado cada vez mais espaço no estudo histórico. E se dentro desta oralidade, a memória se tornar objeto de estudo? História e memória têm uma relação muito estreita. Não podemos deixar de lado a memória para a construção do conhecimento. Afinal, Clio musa da História era filha de Zeus com Mnemósine, ou seja, memória na Grécia Antiga e estudada até os dias de hoje.

Para Jacques Le Goff (1982) a memória “tal como o passado não é a história, mas é, ao mesmo tempo um de seus objectos, também a memória não é a história, mas é, ao mesmo tempo, um de seus objectos e um nível elementar de elaboração histórica”. Essas memórias podem trazer relatos que até então a historiografia tradicional não trouxe à tona, afinal estamos acostumados com os chamados “lugares de memória”, que são locais onde grupos da sociedade nos colocam o que é importante relembrar e, até mesmo, preservar. E, por conta desta imposição, muitos locais e histórias acabam caindo no esquecimento.

No caso de Paraitinga e sua grande enchente, em 2010, a memória foi algo que permaneceu forte na população local e que foi determinante, inclusive para que a Igreja Matriz fosse reconstruída do mesmo estilo arquitetônico anterior a tragédia. Estudar este fato histórico para a cidade e os desdobramentos decorrentes é falar em

memória, principalmente a memória afetiva, afinal a relação da população com a igreja de São Luis de Tolosa é algo marcante.

A enchente se tornou um acontecimento que, até os dias de hoje, é lembrado pelas pessoas, afinal como já foi citado neste estudo todas as pessoas do município foram afetadas, de uma forma ou de outra, pela cheia do rio. Em outras palavras, este acontecimento na história de São Luiz do Paraitinga faz parte da chamada memória coletiva. Segundo Maurice Halbwachs (1990) entende-se a memória coletiva “quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos; e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo”. Uma lembrança que, quando evocada, traz à tona informações que possivelmente todos daquele grupo se lembrem de forma semelhante.

E essa memória coletiva se forma com as lembranças que cada indivíduo faz questão de guardar. As memórias que cada indivíduo possui de um fato ocorrido é chamado de memória individual e esse conjunto de memórias individuais é que forma a memória coletiva. Para Ecléa Bosi (1999, p. 411) “(...) é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a quem tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum”.

E partindo dessa expressão de Bosi de tesouro comum, podemos dizer que o tesouro comum do luizense é a Igreja Matriz. Como já destacamos, é a igreja principal da cidade e nela muitos batizados, casamentos, missas de corpo presente aconteceram. A memória individual que cada luizense tem com ela é de carinho e momentos de alegria e alguns de tristeza. Muitos turistas acabam reconhecendo que a população local tem uma relação de afetividade com este patrimônio material.

Quando o templo ruiu com as águas do rio Paraitinga o desespero tomou conta da população. Alguns moradores esqueceram, por um tempo, que as mesmas águas haviam invadido suas casas e só pensavam na Matriz de São Luís de Tolosa. No meu caso pessoal, soube pela televisão e tive um sentimento de profunda tristeza tomou conta de mim. Agora, posso imaginar quem presenciou isso de perto, seu assombro e lágrimas incontroladas neste momento.

Se pudéssemos escolher uma palavra para expressar o sentimento e o desejo da população luizense face a reconstrução de sua matriz, acreditamos que afeição seria a palavra adequada. Os moradores por muito tempo sentiram falta da sua igreja, do seu espaço no qual poderia se encontrar com Deus, com as pessoas que

partilhavam da mesma fé e até de encontro com os amigos, afinal as escadas da Matriz sempre foi um local onde os luizense costumavam sentar e ficar conversando entre si. Uma espécie de local de encontro. Sem a presença física do edifício no local, foi como se faltasse um pedaço na vida da comunidade.

A população decidiu que memória afetiva clamava pela imagem de uma reconstrução que devolvesse aos luizense a “sua” Igreja Matriz de 2010. Os olhos desejavam ver de volta o que a enchente havia levado ainda que, da igreja original, restassem apenas alguns remanescentes. (SANTOS, D; SILVA, 2016, p. 51).

Quando sua igreja foi finalmente inaugurada nos moldes que ela tanto desejava, semelhante ao anterior à sua queda, a população resgatou suas memórias aquele templo religioso. Ao entrar pela primeira vez naquele local foi como se todas as histórias vividas voltassem a fazer parte de sua vida, mesmo que desta vez com algumas mudanças físicas no prédio, dentre elas locais de acessibilidade, exigidos pela nova legislação e modernização. Mas os altares de mármore na lateral estavam lá de volta, Nossa Senhora das Dores estava de volta ao seu local, São Luís de Tolosa estava novamente em destaque no altar, os bancos estavam nas mesmas disposições de outrora.

A enchente é algo que ficou marcado na memória do luizense e ainda será lembrada, pois muitos turistas ao visitarem a cidade ainda possuem uma curiosidade em saber como aquela situação toda se deu. E como afirma Maurice Halbwachs (1990) a memória coletiva permanece desde que as pessoas se lembrem dela e pertençam ao mesmo grupo e integram ao coletivo ao qual essa memória está relacionada.

(...) a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. (HALBWACHS, 1990, p. 51).

As marcas desse fatídico dia primeiro de janeiro de 2010 são perceptíveis dez anos depois do ocorrido e perdurará ainda. Essas marcas mostram que mesmo surpreendida por esse fato incomum, o luizense não desistiu e lutou de novo para recuperar o que foi perdido e que lhe era tão caro. Saímos mais fortes de tudo isso e isso deve ser sempre lembrado, independente dos percalços pois, felizmente para nós, as histórias da nossa gente o Rio Paraitinga não levou!

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vontade da população local em ver a igreja de São Luiz do Paraitinga reconstruída/restaurada nos mesmos moldes do anterior à sua queda foi algo novo para os órgãos de defesa do patrimônio que tinham projetos diferentes para ela. Essa participação de boa parte da população foi extremamente importante pois mostrou que aquele local de memória não era visto como apenas mais um patrimônio material e imaterial do município.

Revelou que para aquela comunidade aquela igreja tinha um significado importante, pois ela compunha o cenário urbano central, já que quando estava em ruínas algo faltava no local, pois muitas cerimônias e festas religiosas aconteciam ali; e pelas suas escadarias serem uma espécie de ponto de encontro entre os munícipes.

As histórias individuais com a Matriz de São Luís de Tolosa e as memórias individuais e cognitivas foram importantes para que ela não caísse no esquecimento. Enquanto autoridades e órgãos como Iphan e Condephaat brigavam para ver quem seria o responsável pela obra os moradores olhavam para aquele espaço vazio e viam a igreja. Fotografias que tinham a matriz como pano de fundo se tornaram uma recordação que ajudaram a população a enfrentar todo o processo de sua reconstrução e restauração. Com todo esse sentimento afetivo, seria impossível as pessoas não acompanharem cada detalhe.

A memória como objeto de estudo da História enriquece ainda mais os acontecimentos pois nos traz visões diferentes de um determinado fato, pois amplia detalhes que a historiografia tradicional não mostra ou que faz questão de não mostrar. A cheia de Paraitinga faz parte da memória coletiva do município, porque foi, até então, algo inédito na cidade e ninguém havia imaginado a proporção que as águas tomaram (subiriam muito acima de seu leito). E as memórias individuais que cada um possui auxilia na formação dessa história, que pode ser contada por jornais, fotos, artigos, relatos e outros. Mas o que cada luizense vivenciou nesses fatídicos dias farão deles importantes protagonistas.

Todas essas memórias só foram possíveis de se manterem vivas com laços estreitos de solidariedade porque a comunidade local preserva os seus patrimônios que, nos mostram como a sociedade foi mudando ao longo dos anos e se tornam a

materialização da nossa história. Se eles não são preservados ou estão em mau estado de conservação, deixamos de reconhecer devidamente nossas origens.

O caso específico de São Luiz do Paraitinga nos mostra que a História pode ser narrada e interpretada de várias formas. A tradição da oralidade que foi transmitida de geração em geração serviu de base para a cultura local ser preservada, mesmo no momento de dificuldade. Mesmo o templo não fazendo mais parte do cenário luizense com toda a sua imponência, as lembranças das manifestações religiosas eram lembradas, como os batizados e casamentos realizados.

O processo e a participação na reconstrução/restauração da Igreja de São Luiz do Paraitinga contribuíram para solidificar os laços de pertencimento de uma comunidade onde a religiosidade é parte substancial do seu viver.

## REFERÊNCIAS

ABRAMPA. Associação Brasileira de Membros do Ministério Público de Meio Ambiente. **Apresentação**. 2012. Disponível em: <[https://abrampa.org.br/eventos\\_anteriores/encontro\\_nacional/apresentacao.php](https://abrampa.org.br/eventos_anteriores/encontro_nacional/apresentacao.php)>. Acesso em: 7 abr. 2020.

AGUIAR, Mario. **São Luis do Paraitinga**. 2. ed. São José dos Campos: JAC, 2011.

ALAGOAS, Secretaria de Estado da Cultura. **Preservação do Patrimônio**. 2020. Disponível em: <<http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/patrimonio-cultural/principal/textos/preservacao-do-patrimonio>>. Acesso em: 7 abr. 2020.

ALMANAQUE Taubaté. **Conheça o taubateano que serviu de modelo para santos de igrejas**. Disponível em: <<http://almanaquetaubate.com.br/index.php/2018/01/04/conheca-o-taubateano-que-serviu-de-modelo-para-santos-de-igreja/>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

A REDAÇÃO. **Cidade histórica reconstrói carnaval depois de trágica enchente**. 2012. Disponível em: <<https://www.aredacao.com.br/cultura/8917/cidade-historica-reconstrui-carnaval-depois-de-tragica-enchente>>. Acesso em: 9 set. 2020.

AXÉ Ilé Obá. **Tombamento**. 2015. Disponível em: <<http://www.axeileoba.com.br/index.php/tombamento/>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 6 dez. 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 22 jun. 2020.

CAMERON, Christina. **Reconstrução: mudar atitudes**. 2017. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/courier/julho-setembro-2017/reconstrucao-mudar-atitudes>>. Acesso em: 1 out. 2020.

CAMPOS, Judas Tadeu de. **A Imperial São Luiz do Paraitinga: história, educação e cultura**. Assessoria de Educação da Prefeitura Municipal da Estância Turística de São Luiz do Paraitinga. 2 ed. Taubaté: Resolução Gráfica, 2011.

CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945.** [20--]. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/SPHAN>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CONSELHO Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo – CREA-SP. Grupo de Trabalho Patrimônio Histórico e Arquitetônico. **Patrimônio histórico: como e porque preservar.** 2018. Disponível em: <[http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio\\_historico.pdf](http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio_historico.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CORÁ, Maria Amélia Jundurian. **Do material ao imaterial: patrimônios culturais do Brasil.** São Paulo: Educ: Fapesp, 2014.

DESASTRES, Núcleo de Pesquisas e Estudos Sociais em. **O Poema da Enchente.** 2012. (5m53s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2uGmySvki34>>. Acesso em: 02. set. 2020.

DIOCESE de Taubaté. **A Diocese.** Disponível em: <<https://diocesedetaubate.org.br/diocese>>. Acesso em: 8 set. 2020.

FACEBOOK, São Luiz do Paraitinga, SP. **O começo do ano de 2010 em São Luiz do Paraitinga, SP.** São Luiz do Paraitinga, 5 de setembro de 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/media/set/?vanity=saoluizdoparaitingasp&set=a.710272992376993>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

FACEBOOK, São Luiz do Paraitinga, SP. **O começo do ano de 2010 em São Luiz do Paraitinga, SP.** São Luiz do Paraitinga, 5 de setembro de 2014. Disponível em: <[https://www.facebook.com/saoluizdoparaitingasp/photos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/saoluizdoparaitingasp/photos/?ref=page_internal)>. Acesso em: 9 set. 2020.

FORMARTE. Projetos Finalizados. 2020. Disponível em: <<http://www.formarte.com.br/projetos-finalizados-igreja-de-sao-luiz-de-tolosa>>. Acesso em: 10 set. 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Livros do Tombo.** 2014a. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>>. Acesso em 16 abr. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **São Luís do Paraitinga (SP).** 2014b. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/388/>>. Acesso em: 9 set. 2020.

ITAÚ Cultural. **Patrimônio Artístico**. 2020. Disponível em: <[https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/mario-de-andrade/patrimonio-artistico/?content\\_link=1](https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/mario-de-andrade/patrimonio-artistico/?content_link=1)>. Acesso em: 14 abr. 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Lisboa: Edições 70, 1982.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARTINS, Mariah. **Preservar, Restaurar, e Conservar**: inter, multi e transdisciplinarmente. 2014. Disponível em: <<http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh7/SH/trabalhos%20posterres%20completos/PRESERVAR-RESTAURAR-CONSERVAR.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

NASCIMENTO, Flávia Brito do Nascimento; SCIFONI, Simone. **CONDEPHAAT 50 anos**: balanço crítico e perspectivas atuais. 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/152074>>. Acesso em: 4 maio 2020.

NERY, Rosa Maria de Andrade. **São Luiz do Paraitinga**: reduto de gente bandeirante. São Paulo: Revista das Tribunais, 2014.

PRADO, José Benedito. **Taubaté**: cidade, educação, cultura e ciência. São Paulo: Noovha América, 2005.

RODRIGUES, Marly. **Depoimento**: uma trajetória para o presente. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/134824/131016>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

RUBINO, Silvana. **As Fachadas da História**: os antecedentes a criação e os trabalhos do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. 1991. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281677>>. Acesso em: 10 maio 2020.

SALA, Dalton. **Mário de Andrade e o anteprojeto do Serviço Nacional do Patrimônio Artístico Nacional**. 1990. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70041/72681>>. Acesso em: 23 maio 2020.

SANTI, Luiz Otavio de. **ESPAÇOS DA MEMÓRIA**: Uma intervenção videofotográfica como fonte de pesquisa com moradores de São Luiz do Paraitinga. 2017. 319 fls. Tese de Doutorado – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-19072017-094418/publico/santi\\_corrigidaa.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-19072017-094418/publico/santi_corrigidaa.pdf)>. Acesso em: 2 mar. 2020.

SANTOS, Daniel Messias dos. **Os sentidos da patrimonialização do processo de reconstrução de São Luiz do Paraitinga**. 2016. 173 fls. Dissertação de Mestrado – Universidade de Taubaté, Taubaté.

SANTOS, Daniel Messias dos; SILVA, André Luiz da. **A invenção do patrimônio: memória e identidade no tombamento de São Luiz do Paraitinga como patrimônio nacional.** Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:M9bCMUCcMRYJ:revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/download/csu.2016.52.1.06/5281+&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:M9bCMUCcMRYJ:revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/download/csu.2016.52.1.06/5281+&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 19 ago. 2020.

SANTOS, João Rafael Coelho Cursino dos. **A cultura como protagonista do processo de reconstrução da cidade de São Luiz do Paraitinga/SP.** 2015. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11042016-105654/publico/2015\\_JoaoRafaelCoelhoCursinoDosSantos\\_VOrig.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11042016-105654/publico/2015_JoaoRafaelCoelhoCursinoDosSantos_VOrig.pdf)>. Acesso em: 8 set. 2020.

SÃO PAULO, Lei nº 44, de 30 de abril de 1857. Secretaria do Governo de São Paulo. Livro nº4 de Leis fl. 118. São Paulo, 30 abr. 1857. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1857/lei-44-30.04.1857.html>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

SÃO PAULO, Lei nº 10.247, de 22 de outubro de 1968. Dispõe sobre a competência, organização e o funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado, criado pelo artigo 128 da Constituição Estadual e dá outras providências. Disponível em: <<https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/223762/lei-10247-68>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

VIEIRA, Valquíria. **São Luiz do Paraitinga reinaugura igreja que desabou com a enchente em 2010.** 2014. Disponível em: <<https://www.a12.com/redacaoa12/igreja/sao-luiz-do-paraitinga-reinaugura-igreja-que-desabou-com-a-enchente-de-2010>>. Acesso em: 10 set. 2020.